



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
COORDENAÇÃO DE CURSO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
CAMPUS SOUSA

ANDRÉ MAGNO GOMES DA SILVA

**O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O ÊXITO DOS ALUNOS DO CURSO DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO IFPB CAMPUS SOUSA**

SOUSA
2019

ANDRÉ MAGNO GOMES DA SILVA

**O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O ÊXITO DOS ALUNOS DO CURSO DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO IFPB CAMPUS SOUSA**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC como requisito para aprovação e conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Sousa.

Orientador: Me. Richardson Correia
Marinheiro

SOUSA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Edgreyce Bezerra dos Santos – Bibliotecária CRB 15/586

S586a Silva, André Magno Gomes da.
O Acesso, a permanência e o êxito dos alunos do curso de licenciatura em Educação Física do IFPB campus Sousa / André Magno Gomes da Silva. – Sousa, PB : O Autor, 2019. 50 p.
Orientador: Me. Richardson Correia Marinheiro.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física do IFPB – Sousa.
– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

1 Ensino. 2 Pesquisa. 3 Extensão. 4 Educação física. I
Título.

ANDRÉ MAGNO GOMES DA SILVA

**O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O ÊXITO DOS ALUNOS DO CURSO DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO IFPB CAMPUS SOUSA**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC como requisito para aprovação e conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Sousa.

Sousa, 26 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Richardson Correia Marinheiro

IFPB

(orientador)

Prof. Me. Gertrudes Nunes de Melo

IFPB

Prof. Me. Wesley Crispim Ramalho

IFPB

Dedico este trabalho a uma guerreira que fez, faz e faria demasiadamente de tudo para que o seu filho se formasse, através de suas lutas diárias, pôde possibilitar o meu término de curso, entretanto apenas o início de uma longa caminhada que irei percorrer, a você mãe, Tânia Gomes.

AGRADECIMENTOS

Depois de muito tempo querendo que este momento chegasse, fica aquela amálgama de sentimento: tristeza e alegria, este por conseguir passar por todas as adversidades que a vida nos proporciona; aquele por saber que não estarei mais ali, pelo menos por enquanto, na sala de aula, sentado nos banquinhos da praça e até mesmo nos momentos das rodas de conversas paralelas. Quero aqui fazer alguns agradecimentos de pessoas que indubitavelmente foram peças precípuas durante a minha jornada.

Agradeço, inicialmente, a Deus, pois permitira que eu pudesse dormir e acordar no próximo dia para continuar os meus estudos.

A minha família, em especial a minha mãe e minha querida irmã, Maria Albertânia e ao meu pai, Alberto Magno.

Aos meus amigos.

Aos meus colegas de turma, lembrarei de cada um, sobretudo aos meus colegas que, por força do destino, uniu-nos fortemente: Wanderson, Glauber, Wellington e Aldeone.

A todos os professores do curso, sei que cada um de alguma forma contribuiu para ser o profissional que almejo ser. Em especial ao meu Orientador, Richardson Correia Marinheiro, o qual tenho profunda admiração.

À professora e coordenadora Gertrudes Nunes de Melo

Ao professor Asdrúbal Nóbrega Montenegro Neto

“Dias de lutas, dias de glórias”

Charlie Brown Jr

"O dado mais importante que separa o ser humano de todos os seus irmãos e primos da escala filogenética é o conhecimento; só o conhecimento liberta o homem, só através do conhecimento o homem é livre e em sendo livre: ele pode aspirar a uma condição de vida melhor para ele e todos os seus semelhantes”.

Enéas Carneiro.

RESUMO

Este estudo teve o escopo de analisar os dados estatísticos sobre o ensino, a pesquisa e a extensão do curso de licenciatura em educação física do IFPB – Campus Sousa, e apresentar as possíveis relações com os aspectos de acesso, permanência e êxito estudantil. Trata-se de uma pesquisa documental, utilizando-se da abordagem quantitativa, a análise descritiva. A população investigada é composta por alunos e ex alunos do curso de Licenciatura em Educação Física do IFPB Campus-Sousa e por professores que já lecionaram ou que lecionam no curso. O estudo realizou-se com a análise documental, dentro desses documentos, dados referentes a 269 indivíduos foram analisados, sendo n=254 estudantes e 15 professores. O curso de licenciatura em Educação Física apresentou uma piora nos índices de procura quando comparado com o IFPB, porém no campus de Sousa continua sendo o mais procurado. O número de ingressantes por ano mostrou-se regular, porém com um pico maior no ano de 2017. A partir de 2017 houve um aumento na permanência dos ingressantes, sendo notório a influência do ensino sobre a porcentagem de permanência, tendo uma baixa procura de transferência dos alunos para outras instituições. Por fim, constatou-se que a baixa participação e envolvimento dos docentes, em geral, na extensão e pesquisa influem diretamente sobre o êxito estudantil. Conclui-se; portanto, que após a obtenção de dados, são nítidas as relações entre o ensino a pesquisa e a extensão com o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes do curso de licenciatura em Educação Física.

Palavras-chave: Ensino. Pesquisa. Extensão. Educação Física.

ABSTRACT

This study had the purpose of analyzing the statistical data on the teaching, research and extension of the undergraduate degree in physical education of the IFPB - Campus Sousa, and to present the possible relations with aspects of access, permanence and student success. It is a documentary research, using the quantitative approach, the descriptive analysis. The research population is composed of students and former students of the Licentiate degree in Physical Education of IFPB Campus-Sousa and by teachers who have already taught or who teach in the course. The study was performed with the documentary analysis, within these documents, data referring to 269 individuals were analyzed, being $n = 254$ students and 15 teachers. The undergraduate degree in Physical Education presented a worsening in the demand indexes when compared to the IFPB, but in the campus of Sousa continues being the most wanted. The number of students per year was regular, but with a higher peak in 2017. As of 2017, there was an increase in the stay of the students, and the influence of the teaching on the percentage of permanence was noticeable, with a low demand for students to other institutions. Finally, it was found that the low participation and involvement of teachers, in general, in extension and research directly influence student success. Concludes; therefore, that after obtaining data, the relations between teaching and research and extension with the access, permanence and success of undergraduate students in Physical Education are clear.

Keywords: Teaching. Search. Extension. Physical Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Inscrições no SISU para os cursos superiores do IFPB.....	27
Gráfico 02- Classificação do curso durante os anos de oferta.....	29
Gráfico 03- Procura pelos cursos superiores do Campus Sousa/IFPB.....	29
Gráfico 04- Procura pelos cursos superiores do Campus Cajazeiras/IFPB.....	30
Gráfico 05- Número de ingressantes.....	30
Gráfico 06- Oferta e confirmação pelo PSE.....	31
Gráfico 07- Pedido de transferência.....	32
Gráfico 08- Relação de cancelamentos por ingressantes.....	33
Gráfico 09- Dados sobre a porcentagem de permanência no curso.....	34
Gráfico 10- Taxa de evasão.....	35
Gráfico 11- Dados sociodemográficos.....	36
Gráfico 12- Coeficiente de rendimento escolar.....	38
Gráfico 13- Produção científica.....	39
Gráfico 14- Total de produção por professor.....	40
Gráfico 15- Produção por tipo.....	41

LISTA DE TABELA

Tabela 01- Distribuição das vagas ofertadas pelo SISU por cota.....	31
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CRE	Coefficiente de Rendimento Escolar
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IES	Instituições de Ensino Superior
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IFS	Instituições Federais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa de Universidades para todos
PSE	Processo de Seleção Especial
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.
SISU	Sistema de Seleção Unificada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	13
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.4	JUSTIFICATIVA	14
2	OBJETIVOS	15
2.1	OBJETIVO GERAL	15
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
3	REVISÃO DE LITERATURA	16
3.1	ACESSO NOS CURSOS SUPERIORES	16
3.2	PROGRAMAS E PROJETOS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	19
3.3	ÊXITO NO ENSINO SUPERIOR	22
4	METODOLOGIA	25
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	25
4.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
4.4	PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA	26
4.5	TRATAMENTO E ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS	26
5	RESULTADOS E DISCURSÕES	27
6	CONCLUSÃO	44
7	REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A atual legislação brasileira orienta que as universidades devem ter como norte o tripé do ensino, pesquisa e extensão, na busca incessante pela qualidade da formação em nível superior, assim no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 diz que “as universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” como meta para possibilitar e viabilizar os princípios constitucionais da educação superior. Porquanto, as instituições de ensino superior devem ter essas funções básicas como o eixo norteador de todo o processo de formação acadêmica, tendo cada uma delas a mesma equiparação de importância, sem a sobreposição de uma em relação à outra (DELGADO; MARTINS; 2015).

Conforme Emília e colaboradores (2015), o ensino superior alude ao sucesso do estudante, ao seu melhor desempenho, a sua permanência e êxito profissional. Para estes aspectos, em particular, os dados referentes as atividades de ensino, pesquisa e extensão podem descrever quantitativa e, conseqüentemente, qualitativamente as realidades dos cursos superiores.

Sobre as políticas de acesso ao ensino superior, Mont’alvão Neto (2014) corrobora com o visível incremento no número de oportunidades para a grande massa da população, os quais melhoram os índices de desigualdade de acesso. Frigotto (2006) e Paulani (2006) legitimam com o que diz Mont’alvão Neto (2014), para eles o sistema educacional brasileiro como um todo e o ensino superior obtiveram um aprimoramento no número de ingressantes no ensino superior.

Além de adentrar, faz-se necessário a permanência do estudante, já que, segundo dados de Programa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), é alto o número de desistência e evasão nos cursos de licenciatura. Vargas e Heringer (2017) falam da importância dos programas de pesquisa e de apoio para a manutenção dos estudantes nos cursos, e também da diminuição da evasão.

Para Silva (2001), as atividades de extensão tem a capacidade de melhorar o desenvolvimento acadêmico, pois o participante tem a possibilidade de colocar em prática todos os conhecimentos que vão sendo adquiridos, aumentando, dessa maneira, o êxito já durante a formação.

Já no campo da Educação Física, Maschio e pesquisadores (2008) verificaram, por meio de uma pesquisa, a importância da tríade no desenvolvimento formativo do estudante e para o seu êxito durante o curso.

Percebe-se; portanto, que é de suma importância buscar entender como esses demarcadores que formam o tripé da educação superior influem sobre o acesso, a permanência e o êxito estudantil de graduados e graduandos, e em específico de licenciatura em Educação Física.

Sendo assim, este trabalho dedica-se a analisar os dados acadêmicos sobre ensino, pesquisa e extensão e sua possível relação com o acesso, a permanência e o êxito no curso de licenciatura em Educação Física, em especial, da licenciatura ofertada pelo Campus Sousa do Instituto Federal da Paraíba – IFPB.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Quais os dados acadêmicos do ensino, da pesquisa e da extensão na licenciatura em educação física do IFPB e suas relações com o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes?

1.3 JUSTIFICATIVA

No campo da ciência, o presente estudo pôde disponibilizar informações importantes sobre o desenvolvimento do ensino em cursos de licenciatura, proporcionando um debate científico sobre a temática e apresentando dados que conduzam a futuras pesquisas e construções de metodologias de gestão educacional para o ensino superior. Em específico, para o curso de Licenciatura em Educação Física do Campus Sousa/IFPB, este trabalho acadêmico disponibilizará dados importantes sobre o acesso, permanência e êxito estudantil, baseado na tríade: ensino, pesquisa e extensão, possibilitando, assim, embasamento teórico e metodológico para as tomadas de decisões que impactem decisivamente e efetivamente na qualidade da formação dos futuros professores de educação física da instituição. Para os licenciandos e graduados do IFPB, esse trabalho apresentará os dados sobre a qualidade do ensino e eficiência acadêmica nos últimos anos, disponibilizando informações importantes para o desenvolvimento de novas pesquisas, em especial, sobre o êxito profissional dos estudantes egressos.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os dados estatísticos sobre o ensino, a pesquisa e a extensão do curso de licenciatura em educação física do IFPB – Campus Sousa, e apresentar as possíveis relações com os aspectos de acesso, permanência e êxito estudantil.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Quantificar a produção acadêmica e científica dos docentes realizadas em conjunto com os estudantes do curso;
- Levantar os dados sobre o acesso dos estudantes no curso desde a sua implantação;
- Levantar dados sobre o êxito dos estudantes durante todo o processo de formação inicial, tendo como base suas produções acadêmicas;
- Levantar dados que auxiliem a entender o perfil dos estudantes que iniciam e terminam o curso;
- Obter os índices de acesso, permanência, matrículas e evasão;

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 ACESSO NOS CURSOS SUPERIORES

Atualmente, quando comparado às décadas passadas, o ensino superior obteve uma melhoria de gestão nos seus sistemas de acesso, o que corroborou para o aumento das oportunidades para a população em geral e oportunizou, conseqüentemente, cursos de graduação para todas as camadas sociais e melhorou os índices de desigualdades de acesso. (MONT'ALVAO NETO, 2014).

De acordo com Fonseca (2018), o processo de democratização das universidades e o seu acesso, na história recente, podem ser divididos em três momentos: primeiro, a partir de 1990, onde ocorreu um aumento significativo de faculdades em todo o território brasileiro, sobretudo, de caráter privado, as quais possibilitaram a entrada no ensino superior de parcelas que, em determinado período, jamais poderiam acessá-las; segundo, nos anos 2000, onde houve uma mudança na concepção do ensino superior, dessa maneira acontece um direcionamento para a criação de universidades federais, ficando o ensino privado em segundo plano; por fim, num terceiro momento, de 2016 em diante, onde o incremento das universidades federais estancou-se, além disso, houve/há um congelamento no orçamento, extinção de programas governamentais, como o Ciência sem Fronteira, os quais corroboraram para a diminuição dos avanços.

Vários programas contribuíram para o aumento do acesso ao ensino superior, tendo destaque, em nosso país, o Programa de Universidades para todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), os quais visam ao ingresso de estudantes de classe média e baixa em faculdades privadas, criando um mecanismo de apoio à subsistência dessa rede e conseqüentemente ampliando o número de Faculdades e de Universidades (FONSECA, 2018).

Não obstante, pode-se dizer que o sistema educacional brasileiro como um todo e o ensino superior obtiveram um aprimoramento na possibilidade de ofertas de vagas e, conseqüentemente, no número de ingressantes nos Instituições de Ensino Superior (IES) (FRIGOTTO, 2006; PAULANI, 2006).

Para compreender melhor essa questão do ingresso nas IES, faz-se necessário recorrer a alguns dados estatísticos de levantamento nacional, como o PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). No ano de 2014, havia 32.878 cursos superiores em todo o país, sendo realizadas 7.828.013 matrículas, mas contando com apenas 3.110.848 ingressantes

nesse ano. Desse montante, 548.542 ingressantes são da rede pública e o restante da rede privada 2.562.306 (BRASIL, 2014).

Em 2015, conforme o PNAD, o número aumentou para 33.501 cursos superiores, com o total de 8.027.297 matrículas em toda a região, porém o número de ingresso foi de 2.920.222. Sendo 534.361 da rede pública, enquanto que 2.385.861 são da rede privada (BRASIL, 2015). No Ano seguinte, em 2016, o número de cursos ofertados foi de 32.366, tendo 8.048.701 matrículas, todavia adentraram 2.985.644. Do total, 529.492 eram da rede pública e 2.456.152 da rede privada (BRASIL, 2016).

Por fim, no ano de 2017, e com atualização realizada no ano de 2018, havia 35.380 cursos de ensino superior em todo o território brasileiro, com 3.286.663 matrículas, 3.226.249 ingressantes, sendo 589.586 da rede pública e 2.636.663 da rede privada (BRASIL, 2018).

No que se refere aos dados dos cursos de licenciatura, o PNAD traz alguns dados importantes, de 2014 a 2017, em ordem crescente. O primeiro deles é o número de cursos, que estão entre 24%, 22%, 21% e 21% do total existente no Brasil. Para as matrículas, os dados correspondem a 19%, 18%, 19% e 19%. No quesito ingresso, os dados variam de 18% a 20%. Já em relação ao número de estudantes que conclui os cursos, a licenciatura é responsável por forma em média 20,5% dos concluintes.

Além desses dados, o PNAD possui informações sobre os Institutos Federais (IFs) e Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). Dos cursos existentes, em média, 33% são da licenciatura. Para as matrículas, nos anos de 2014 a 2017, os números variaram de 31% a 32% e, por fim, os alunos que adentram nos cursos de licenciatura são, em média, 31% dos ingressantes.

Para ingressar em uma IES há várias maneiras, conforme a Lei nº 9.394/1996 que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) as universidades gozam de autonomia para que adotem formas distintas para o acesso ao ensino superior, como exemplos podemos citar: a avaliação seriada, a prova agendada, a entrevista, e os dois mais comumente utilizados, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o tradicional vestibular.

Segundo os autores Pereira e Silva (2010), o vestibular está sendo o meio mais utilizado para permitir o acesso ao ensino superior em todo o país, desde meados do século XX, porém, já na década de 80, iniciaram-se debates questionando tal método, uma vez que não era considerado o método “correto” a ser usado. Para Afonso (2000), o Estado há muito tempo adotou uma competição semelhante ao mundo dos negócios, por exemplo, trouxe desse ramo modelos de gestão privada focando, em demasia, no resultado.

Em concomitância às afirmativas de Afonso (2000), Fonseca (2018) salienta que essa “explosão” dos exames é correlato com o momento de crescimento e confirmação de uma elite a qual busca substituir as garantias por um certo tipo de competência consolidada mediante esforço próprio nos estudos.

Oliveira e autores (2009) veem o vestibular como um certo “rito de passagem”, isto é, é um processo de ingresso ao ensino superior que se torna um momento ritualizado de fim de um estágio da vida e o começo de outro, algo semelhante entre estar vivo e/ou morto, sobretudo para o jovem.

Conforme Cunha (2003), O vestibular tradicional é um mecanismo de seleção feito por uma prova a qual os concorrentes devem obter a maior nota possível para conseguir a tão sonhada vaga, todavia há universidades que adotam um processo por etapas, ou seja, é necessário passar por uma filtragem maior.

Outro mecanismo de ingresso ao ensino superior é por meio do ENEM, este exame foi criado em 1998 para avaliar a educação básica, sendo, atualmente, uma das principais formas de ingresso para a maioria das instituições públicas (CUNHA, 2003). Oliveira (2016), defende um ENEM como uma seleção unificada em favor da democratização das chances de acesso às vagas e para outros fins.

Com a nota do ENEM, o candidato a utiliza para concorrer ao Sistema de Seleção Unificada (SISU). O SISU é uma plataforma online, desenvolvida em 2010 sob o comando do Ministério da Educação (MEC), por meio dela, as instituições públicas de Educação Superior fornecem vagas aos candidatos, os quais têm duas opções de escolha; além disso, conta com um processo de lista de espera que após a chamada regular, fica disponível às instituições participantes (BRASIL, 2019).

Para se ter noção da abrangência desses dois exames, o PNAD traz alguns dados importantes no quesito sobre as formas de ingresso. Em 2015, houve o ingresso de 2.920.222, em todo o país. Apenas por vestibular 2.043.726, já pelo ENEM 568.932. No ano seguinte, em 2016, no total de 2.985.644 pessoas adentraram no Ensino superior, sendo somente pelo vestibular 2.040.254 e pelo ENEM 605.983. No ano de 2017, 3.226.249 ingressaram no ensino superior, 2.179.128 via vestibular, 700.621 pelo ENEM. A supremacia do uso do vestibular como sistema de seleção quando comparado ao ENEM confirma-se por ser ainda, a principal forma de acesso utilizada pelas IES privadas, a qual possui o maior número de vagas de oferta do ensino superior no Brasil.

3.2 PROGRAMAS E PROJETOS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Em primeiro lugar, entende-se por permanência as políticas que possuem uma maior cobertura, ou seja, dimensões relacionadas a várias formas de inserção completa na universidade, como iniciação à docência, Residência Pedagógica, monitorias, custeio para participar de eventos, congressos e encontros, já as políticas de assistência estudantil são uma espécie de subproduto da políticas de permanência, não obstante com ênfase em ações para aumentar a frequência às aulas e dentre outras atividades acadêmicas (VARGAS; HERINGER; 2017)

Durante o decorrer dos anos, viu-se uma expansão explícita do montante de matrículas para o ensino superior a nível global, tal fenômeno também ocorreu na América Latina, pois, conforme Martins (2015), houve uma grande expansão desse segmento em países que são tidos como subdesenvolvidos, favorecendo; portanto, ao acesso de milhares de pessoas ao nível final da pirâmide educacional.

Martins (2015) alerta para o fato de ter encontrado diversos padrões de ensino superior nessa região, isto é, possa ser que tais instâncias não são facilitadoras para que os estudantes permaneçam em tal vértice, haja vista a aquela camada que não é consuetudinário.

Vargas e Heringer (2017) realizaram uma análise sobre os principais programas voltados à permanência de estudantes no ensino superior público em três países da mesma região: Brasil, Chile e Argentina. Conforme Altbach (2009), as universidades nessas regiões é o caminho principal à ascensão social, sendo elas, principalmente, urbanas e interligadas aos estratos médio e alto da sociedade.

Esse sistema teve um processo de massificação nos últimos anos, devido a políticas expansionistas e a associação de diversas outras ações positivas, por exemplo, Lei de cotas no Brasil (Lei 12.711/2012), retomada do ensino público gratuito no Chile, já a Argentina possui uma grande expansão de longa data, ademais possui problemas para a permanência dos estudantes e para a conclusão dos cursos, de acordo com Rabossi (apud VARGAS; HERINGER, 2017, p.3)

Consoante Zago (2006), essa massificação produz, concomitantemente, a temática da permanência dos discentes, pois traz enraizada nela uma dicotomia: ao mesmo tempo que o ingresso possui o valor simbólico da consagração educacional, por outro, permitir a sua permanência até o fim do curso é uma enorme dificuldade que vários países sofrem, em demasia, os países em que boa parte de sua população vive em estado de subsistência.

Para Oliveira (2015), no sistema de ensino superior, os marcadores sociais permanecem revelando que o peso da origem social é muito relevante no caminho o qual será seguido pelo estudante, já que a sua condição financeira é fator precípua nesse percurso acadêmico. Diante desse exposto, Vargas e Heringer (2017) falam que são necessárias ações afirmativas de permanência, tais ações devem ter no seu âmago o intuito de englobar todos os estudantes, porém não se limitando a apenas aqueles que estão vulneráveis socialmente, para estes os autores propõem que hajam políticas de assistência.

No Brasil, foi criado em 2008, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tal plano tem como meta subsidiar a permanência dos discentes de baixa renda matriculados em graduações presenciais que cursam em instituições federais, com o apoio de vários auxílios dentre eles moradia, transporte e alimentação, enquanto que em outros países da vizinhança como é o caso do Chile, criou o programa Kuykuytun, o qual inclui ajuda acadêmica e realização de redes de apoio (MARTINS, 2015).

Gisi e Pegoroni (2016) salientam que mesmo após a criação de programas governamentais com foco no acesso e permanência dos discentes contribuíram para o incrementos das matrículas, entretanto não foram capazes de colocar o Brasil em uma melhor posição, mesmo se comparando com outros países da América do Sul.

Assim, adentrando um pouco mais nas ações realizadas no Brasil, tem-se como principais ações para acesso e com ênfase na permanência: PROUNI, o FIES, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) - e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (GISI; PEGORINI, 2016).

O FIES foi criado em 1999 por um medida provisória de nº 1.827 com o intuito de substituir o Programa de Crédito Educativo. É um programa do governo federal o qual financia cursos de graduação no ensino superior privado para discentes os quais estão matriculados e, além disso, não possuem condições financeiras para o custeio das mensalidades, estimulando, assim, a permanência do aluno (DUARTE et al., 2017).

O PROUNI foi implantado em 2004 e destina bolsas de estudo, possuindo diferentes porcentagens, ou seja, pode ser de forma parcial ou integral no valor da mensalidade, as intuições financiadas são da rede privada, para tanto o governo oferece como contrapartida isenção de tributos, para concorrer à vaga, o candidato deve prestar o ENEM e concorrer com a nota obtida neste exame, cabe ressaltar que o mesmo candidato pode utilizar os dois programas caso consiga (DUARTE et al., 2017).

Outro programa federal é o REUNI, conforme Duarte et al. (2017), este programa foi posto pelo decreto nº6.096 de 24 de abril de 2007, cujo objetivo é dar meios para que a

universidades federais expandam o acesso e garantam a permanência dos discentes, o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do contingente de recursos humanos existente nas universidades federais, e a preocupação de garantir a qualidade da graduação da educação pública, além do mais, o programa fomenta questões sobre a criação de cursos de licenciatura para formar professores aptos a lecionar na educação básica

Em concomitância com o REUNI, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) criou o PNAES, em 2007, com o escopo de auxiliar os estudantes matriculados em cursos de graduações presenciais em instituições federais de ensino superior, tendo como objetivos: subsidiar a permanência de alunos de baixa renda nos cursos de graduação, a fim de minorar as desigualdades sociais e permitir a democratização da educação.

Há outras formas de auxiliar os discentes a permanecer na universidade, Vargas e Heringer (2017) após um grande estudo em várias universidades chegou a 5 categorias de auxílios: o primeiro é o Auxílio Transporte que viabiliza a locomoção do estudante de sua casa até a universidades, porém o valor médio dado varia a depender de vários fatores geográficos; Auxílio Alimentação, é entregue uma quantia em dinheiro para que o aluno providencie sua alimentação, no geral, mas há algumas instituições que fornecem a alimentação; Auxílio Moradia, ou o estudante recebe um valor “x” ou dorme no próprio local; Outros Benefícios, auxílio-creche para as estudantes que possuem bebês e auxílio atleta, para quem representa a universidade em competições esportivas.

Além desses programas e auxílios, existem programas que trabalham diretamente com a parte educacional e como contrapartida oferecem uma contribuição em dinheiro como é o caso do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que serve como incentivo para se iniciar em pesquisas científicas em todas as áreas de conhecimento, os projetos de pesquisa nos quais os alunos e as alunas participam devem ter qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada por um pesquisador qualificado (BRASIL, 2017).

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) visa proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa tecnológica, bem como estimular o desenvolvimento do pensar tecnológico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa (BRASIL, 2017).

Nos cursos de licenciatura, os discentes podem contar com dois programas a mais; dessa forma, o governo amplia a possibilidade de permanência já que os estimula por meio de bolsas, são eles: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o programa oferece

bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas a fim de que possam voltar à educação básica quando formados (BRASIL, 2019).

O segundo programa é a Residência Pedagógica é caracterizado como umas das ações que compõem a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo aperfeiçoar a práxis docente, iniciando-se na metade do curso, com isso o docente além de estreitar a sua vida profissional e acadêmica, possibilita que o discente receba uma bolsa de estudo para permanecer na área (BRASIL, 2019).

2.3 ÊXITO NO ENSINO SUPERIOR

O ensino superior alude à questão do sucesso acadêmico, na sua elevação, o desempenho e êxito constituiu-se como uma problemática devido à massificação do ensino e do acarretamento no sucesso, já que o processo de seletividade do ensino superior implica possuir resultados positivos (CONCEIÇÃO et al., 2015)

De acordo com Conceição et al. (2015), antes, somente uma pequeno número de jovens tinham a oportunidade de ingressa a uma universidade, os professores (que eram poucos nessa época) recebiam, diariamente, preparação, treinamento e seleção rigorosas, sendo os mesmos respeitados e admirados por discentes, pais e a sociedade como um todo, assim a família fazia um tremendo esforço seja no quesito financeiro, seja com as responsabilidades civis, pois o diploma era garantia certa de emprego

Para Seco et al. (2005), a massificação do ensino superior está levando a uma diminuta taxa de sucesso. Brites et al. (2010) concordam com o autor, e ainda diz que essa falta de êxito é um fenômeno de propagação contínua e vem impulsionado por culpa dos próprios alunos e professores de graus anteriores. Almeida et al. (2012) veem essa conjuntura de expansão do ensino como uma realidade incontornável.

Consoante Pinto e pesquisadores (2015), a democratização do ensino multiplica as oportunidades e diminui o elitismo, porém traz consigo alguns problemas, os quais foram supracitados; os autores ainda alertam para o fato de que a presente geração de estudantes, até um tempo atrás, possuía apenas um membro, em média, formado na família, hoje já é notória a adesão como o segundo, terceiro e/ou quarto membro que cursa o ensino superior.

Almeida et al. (2012) verificaram que as taxas de insucesso acadêmico e abandono estão interligadas à origem social, sendo necessário ser revisto as variáveis educacionais, como: método utilizado na transmissão dos conteúdos, forma avaliativa, acompanhamento e

preocupação com o desenvolvimento durante o curso, ainda, conforme os autores, é necessário que as instituições possibilitem diversas formas de aprendizagem.

Duarte (2014) em sua dissertação de mestrado, realizou um estudo sobre as contribuições da extensão universitária, nela, verificou-se a importância da extensão para o sucesso do formando, assim de acordo com o autor, a extensão pode ser umas das ferramentas capazes de fazer com que o estudante consiga, durante o curso, ter resultados positivos

Para Silva (2001), a relação que se estabelece entre o discente com a teoria e prática é muito presente na extensão, sendo que nessa relação os estudantes podem detectar nas atividades extensionistas aqueles conteúdos que são transmitidos em sala de aula, assim o aluno tem a possibilidade de aplicá-los na prática e, por conseguinte, desenvolve um melhor desenvolvimento acadêmico, isto é, o estudante aumenta as suas possibilidades de êxito durante a formação.

Duarte et al. (2014) dizem que, dessa maneira, a extensão universitária tornou-se o eixo pelo qual se organizam as ações dos trabalhos, sendo possibilitado elementos necessários à reorganização do discente, já que, além da oportunidade em sala de aula, há possibilidade de ampliação de aprendizagem.

Ainda, consoante Duarte et al. (2014), a universidade deve eliminar significativamente a distância que foi interposta devido à dificuldade acadêmica de lograr êxito, uma vez que os projetos de extensão permite ao aluno aprimorar os conhecimentos aprendidos em sala de aula.

Castro (2004) compreende a forma de envolvimento dos discentes e docentes com uma pequena diferenciação em relação aos aspectos de maior ou menor capacitação teórica, que resulta em variável contribuição para a formação técnica.

Além disso, a extensão possui alguns aspectos inerentes que se bem utilizados podem mudar o processo de ensino-aprendizagem, pois possuem um vasto campo metodológico, com encontros entre alunos-professores-comunidade, nestes encontros, novos conhecimentos surgem e por conseguinte expande leque de oportunidade para que o discente se desenvolva durante a sua formação acadêmica com sucesso (CASTRO, 2004).

Já Silva (1996) compreende que a extensão universitária está passando por uma fase bastante significativa como “fazer acadêmico”, já que ela possibilita que a comunidade envolva-se com aquilo que é desenvolvido nos campus, por meio desse projeto a universidade consegue sociabilizar e democratizar o conhecimento a qual é detentora, além de permitir que os estudantes envolvidos possam ampliar sua práxis, e por conseguinte aprimorar seus conhecimentos e fortalecer os pontos fracos.

Nunes e Cruz (2011) salientam que o princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão é fundamental no fazer acadêmico, porquanto a relação entre o ensino e a extensão direciona a mudanças do processo pedagógico, ao mesmo instante que possibilita a democratização do saber, assim essa relação de pesquisa e extensão ocorre quando a produção de conhecimento contribui para a formação do estudante tendo em vista o seu desempenho acadêmico.

Manchur, Suriani e Cunha (2013), em estudo realizado sobre a contribuição de projetos de extensão na formação profissional de graduandos de licenciatura, verificaram que os benefícios que o licenciando recebe é bastante significativo, uma vez que o discente consegue aprimorar-se ainda durante o curso.

Adentrando um pouco no campo das licenciaturas, e para ser mais preciso na área de Educação Física, Maschio et al. (2008) verificaram, por meio de um estudo, a importância da pesquisa, ensino e extensão para a formação do licenciando e para o seu êxito durante o curso.

Menegon et al. (2013) fizeram um projeto de extensão voltado à área de Educação Física escolar o qual buscava desenvolver com os alunos participantes (alvo do projeto) as questões cognitivas, sociais, físicas e afetivas, e, por consequência, o aumento da vivência e experiência docente dos licenciandos do curso de Educação Física.

Além da extensão, Soares, Severino (2018) falam também da importância da iniciação científica para o êxito estudantil durante a formação, sendo uma ponte de conexão entre os alunos da graduação com outros alunos.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa documental de base quantitativa. Sá-Silva e De Almeida (2009) consideram a pesquisa documental como um procedimento metodológico importante para as áreas das ciências humanas e sociais, uma vez que as fontes escritas são, sumariamente, o ponto de partida da investigação, mostrando-se como um procedimento de escolha e verificação de dados.

Pode-se concluir que a pesquisa documental visa à produção de novos conhecimentos, a novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como eles têm se reproduzidos (SÁ-SILVA e DE ALMEIDA, 2009).

Severino (2017) pontua as possibilidades de abrangência da abordagem quantitativa, os dados numéricos são transferidos a procedimentos estatísticos e inicia com ideias preconcebidas de modo pelo qual os conceitos estão relacionados.

Dessa maneira, esta pesquisa utilizou-se de aspectos quantitativos do curso de licenciatura em educação física do campus Sousa do IFPB, de forma a possibilitar uma análise descritiva das características de eficiência e desenvolvimento da licenciatura, norteados pelas declarações de Minayo (2001), quando afirma que a disponibilidade de uma grande quantidade de informações pode ser facilmente descrita e resumida pela análise descritiva, possibilitando apresentar dados sobre a realizada do objeto estudado.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o levantamento das informações inseridas no presente estudo foram acessadas as bases de dados contidas nos sistemas SUAP, Currículo Lattes, SISUGestão, Plataforma Nilo Peçanha e no site do IFPB.

Sobre as informações de acesso dos estudantes no curso foram utilizados os relatórios do sistema SISUGestão e os editais de seleção especial contidos no site do IFPB, tais como, o Processo Seletivo Especial e as listas de espera do SISU.

Para as informações de controle acadêmico relacionados a matrícula, permanência, cancelamento e evasão estudantil foram utilizados os relatórios gerados pelo SUAP e Plataforma Nilo Peçanha.

No que se refere aos dados dos professores, foi realizado uma análise curricular por meio do Lattes e SUAP. Antes de iniciá-la, houve um pedido prévio para que os docentes o atualizassem. Foram coletadas e inseridas somente as informações referentes à produção e envolvimento em projetos e ações acadêmicas que integrassem alunos do curso.

Nesta análise curricular, buscou-se obter informações de publicações e projetos que envolvessem ao menos 1 aluno do curso. Assim, foi criado oito tópicos: PP=Projeto de Pesquisa; PE= Projeto de Extensão; ACPP= Artigo completo publicado em Periódicos; RPA= Resumos publicados em Anais; LIV= Livros publicados; CL=Capítulo de livro; e REPA= Resumos expandidos publicados em Anais.

Quando uma mesma publicação ou projeto envolvia o nome de mais de um professor, era considerado apenas o nome de um. Para escolher em qual nome deveria ser citado foi realizado um aprofundamento para saber quem era o coordenador, por exemplo, do projeto de extensão ou de pesquisa ou ambos, quem foi o orientador principal na publicação.

3.3 PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Por se tratar de um estudo documental sem o envolvimento direto de seres humanos, baseado em fontes de dados de caráter público, não se fez necessária a submissão da proposta ao comitê de ética em pesquisa institucional, sendo a coleta das informações, quando necessárias, autorizadas pela gestão institucional do IFPB.

3.4 TRATAMENTO ESTATÍSTICO

Os dados foram submetidos à análise descritiva por meio do cálculo de frequência, de acordo com as características das variáveis, por meio do software Microsoft Excel Versão 2013.

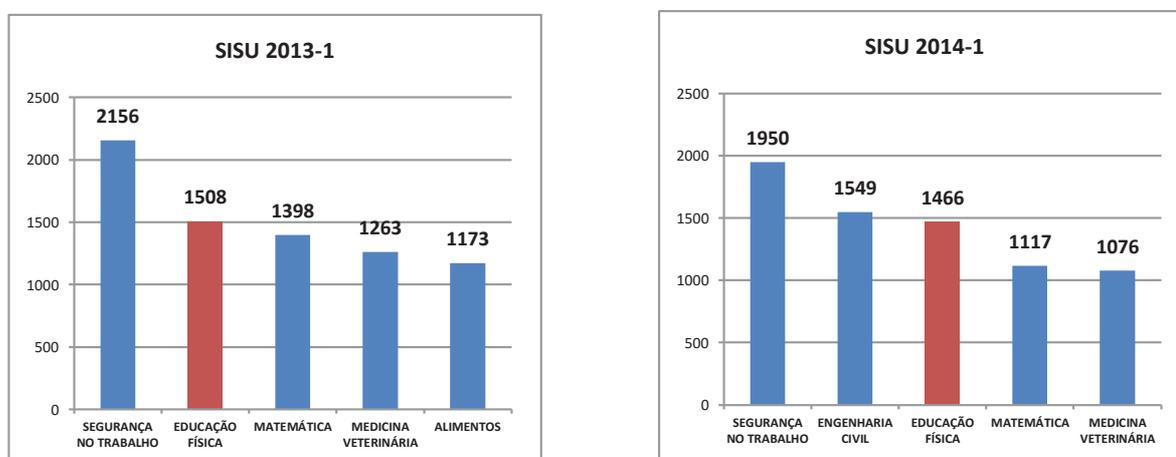
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

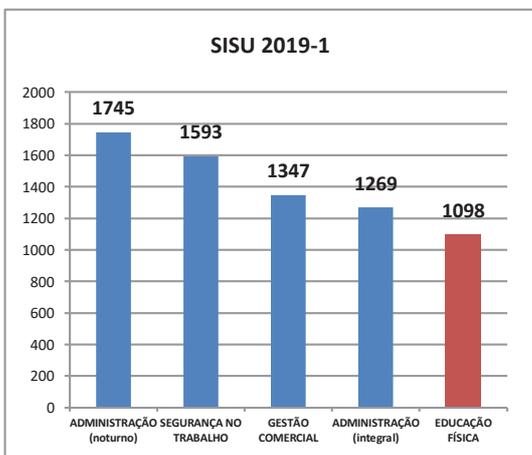
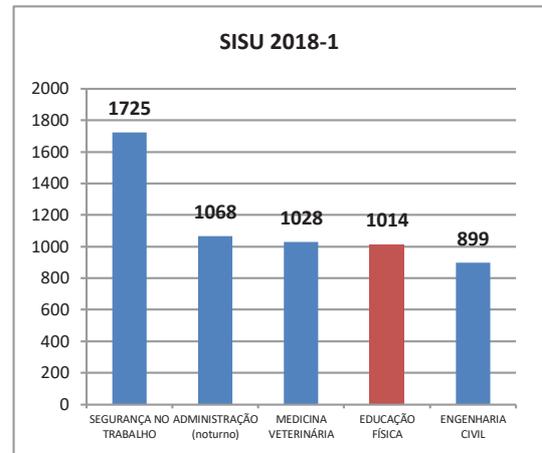
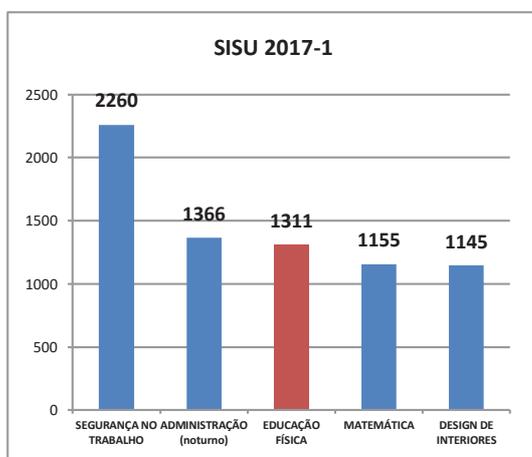
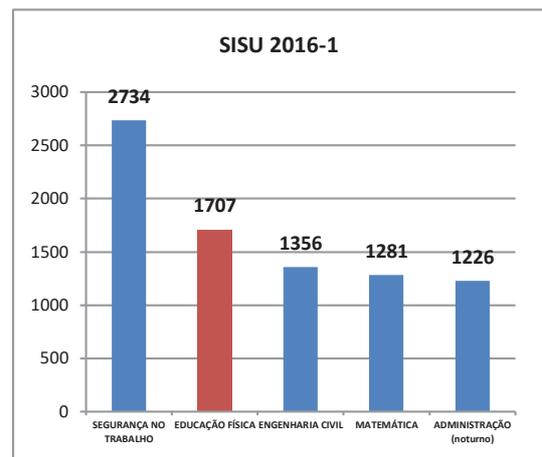
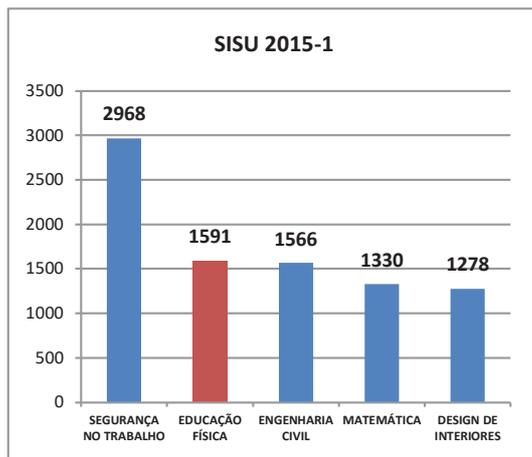
O curso de licenciatura em Educação Física do Campus-Sousa do IFPB foi criado em 2013, sendo o curso pioneiro na área de saúde da Instituição, atendendo às necessidades da população local, proporcionando na região a viabilidade de formação de professores em educação física. Nos dias atuais, o curso é reconhecido notoriamente pela qualidade em todo o sertão paraibano, sendo o segundo mais procurado pelo Sistema de Seleção Unificada- SISU por alguns anos.

O curso de licenciatura em Educação Física do IFPB Campus-Sousa, está vinculado às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, bem como, em outros documentos legais que norteiam os cursos de graduação em Educação Física. Portanto, o curso tem o objetivo de formar professores para realizarem uma intervenção ética e profissional no componente curricular Educação Física junto às instituições públicas e privadas de diferentes níveis da educação básica e modalidades de ensino. No ano de 2017, o curso obteve Conceito 5 (nota máxima) da avaliação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Entre os anos de 2013 a 2019, o curso obteve um total de 254 ingressantes.

Dentro da dinâmica de Acesso dos estudantes, os dados do SISU para o quantitativo de inscritos com interesse em graduar-se nos cursos superiores do IFPB são apresentados no grupo de gráficos abaixo (GRÁFICO 01). Durante os primeiros anos a procura pela licenciatura em educação física levou-o a segunda colocação nos anos de 2013, 2015 e 2016. Após esse período o curso vem enfrentando uma queda gradativa do número de inscritos no SISU.

GRÁFICO 01 – Inscrições no SISU para os cursos superiores do IFPB

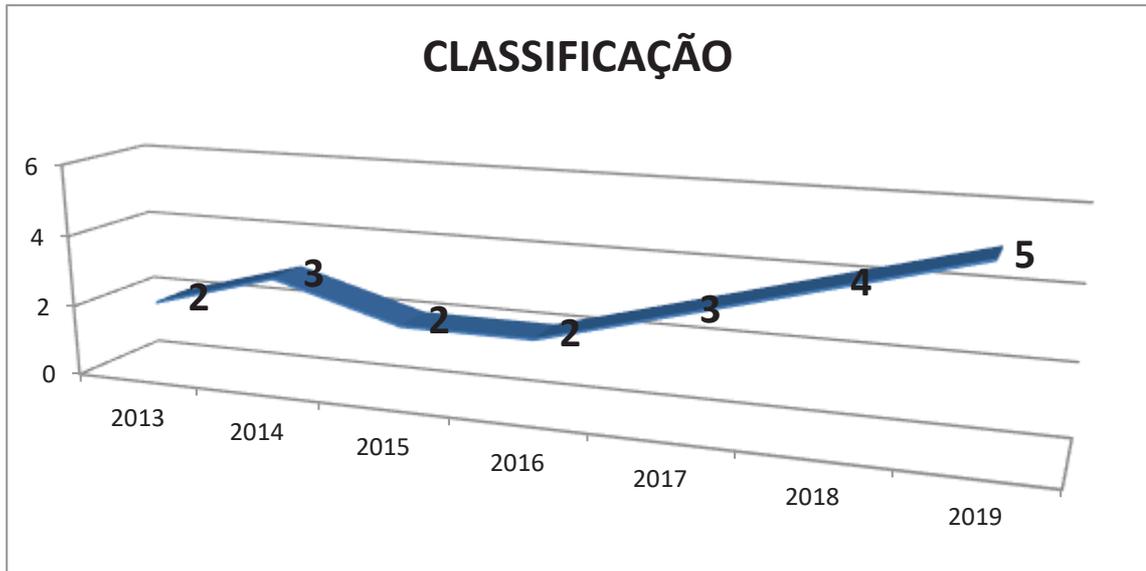




Fonte: SISU Gestão

Apesar dessa queda constatada a partir do ano de 2016, a licenciatura em educação física mantém-se como o curso mais procurado no Sistema de Seleção unificada dentro do rol de cursos ofertados pelo campus Sousa/IFPB. No gráfico 03 observa-se que essa queda gradativa também ocorreu nos demais cursos superiores do Campus Sousa tendo como foco o ano de 2016, sendo que o curso de Medicina Veterinária mantém-se numa constante entre os anos onde houve oferta.

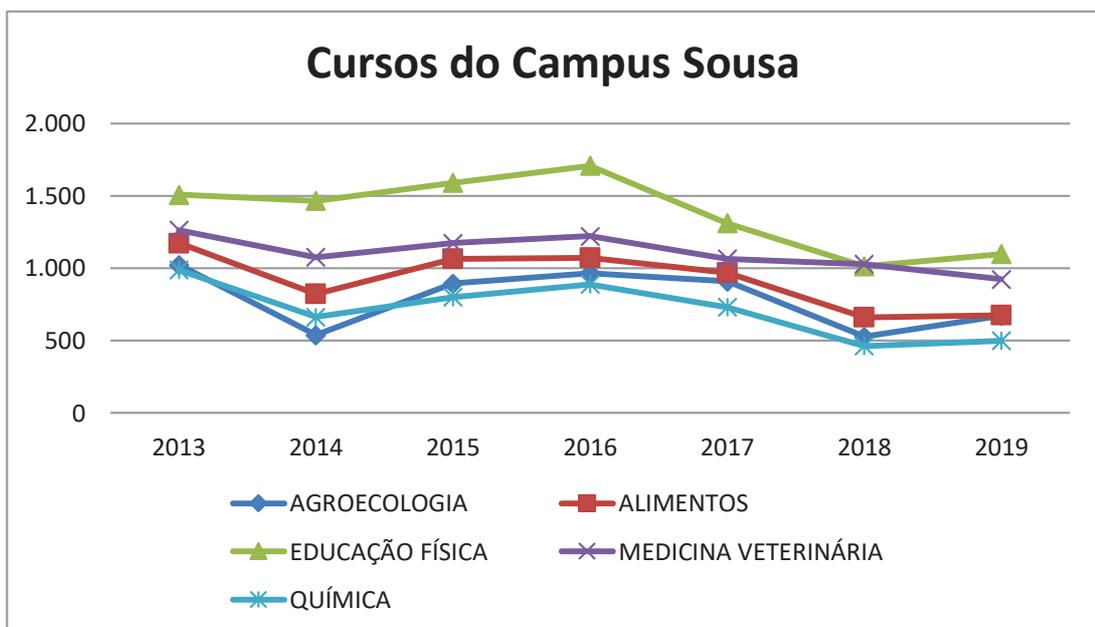
GRÁFICO 02 – Classificação do curso durante os anos de oferta



Fonte: SISU Gestão

Em dados reais, entre o pico que ocorreu no ano de 2016 com 1707 inscritos e a atual situação dos dados no SISU no ano de 2019 (1098 inscritos), a queda na procura pelo curso foi de 35,67%, reduzindo de 2 lugar para 5 mais procurado. Com o este gráfico, fica bem notório o percurso de oscilação e queda do curso durante os anos de 2013 a 2019.

GRÁFICO 03 – Procura pelos cursos superiores do Campus Sousa/IFPB

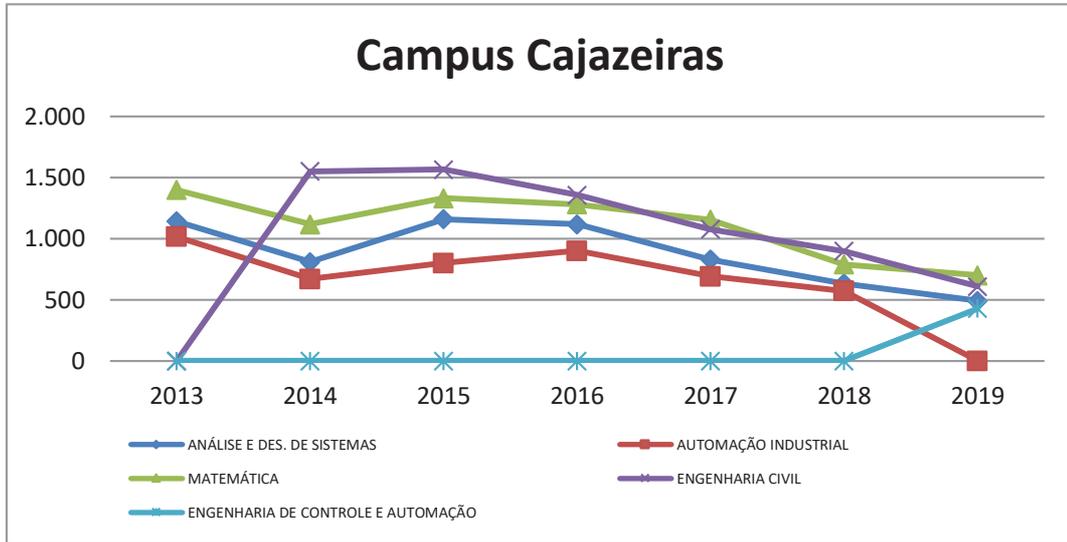


Fonte: SISU Gestão

Comparando com os cursos superiores do Campus Cajazeiras, unidade do IFPB instalada na mesma região sociodemográfica do campus Sousa, a queda pela procura dos cursos

superiores também está apresentando-se de forma gradativa, tendo esse campus o ponto inicial no ano de 2015 (GRÁFICO 04).

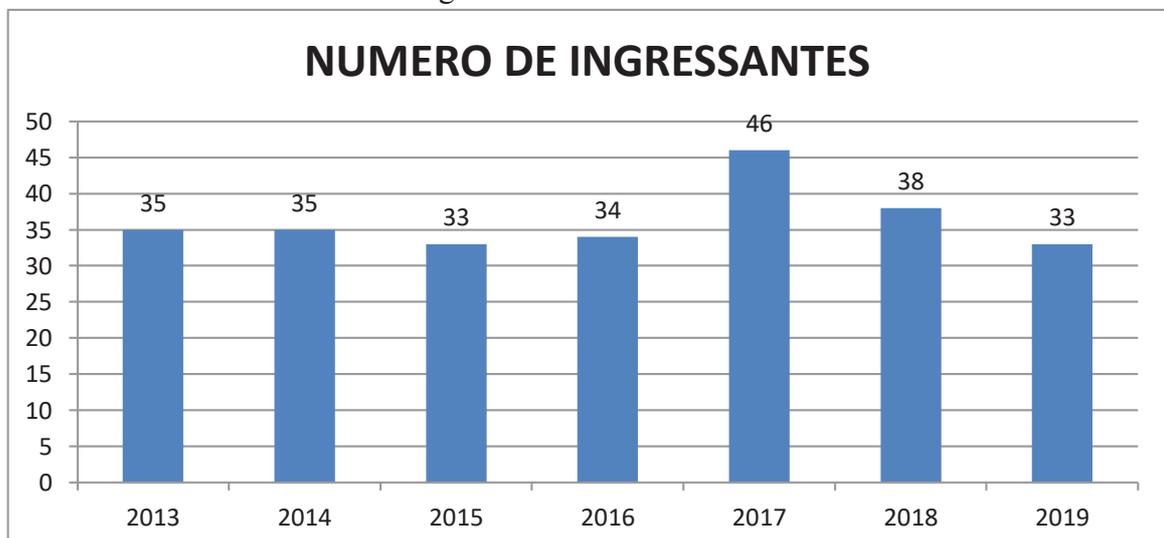
GRÁFICO 04 – Procura pelos cursos superiores do Campus Cajazeiras/IFPB



Fonte: SISU Gestão

O gráfico 05 apresenta o quantitativo de vagas ofertadas durante os anos de 2013 e 2019 para o curso de Licenciatura em Educação Física. Faz-se necessário ressaltar alguns pontos para entender a aparente contradição entre a questão de oferta/procura com a quantidade de pessoas que adentram no curso. Primeiramente, a quantidade de ingressantes está interligada a quantidade de vagas que é ofertado a cada ano. A partir de 2014, a reitoria aumentou esse número em torno de 10%. Além disso, em 2017 (ano de pico) e 2018 vários alunos entraram através do Processo de Seleção Especial (PSE), ou seja, além das 30 vagas que eram ofertadas pelo SISU, houve o incremento dado pelo PSE, no entanto esse número reduziu a 33 novamente no ano de 2019.

GRÁFICO 05 – Número de ingressantes



Fonte: SUAP/IFPB

Na tabela 01 é possível entender como são distribuídas as vagas ofertadas pelo SISU. Assim, há 12 vagas para Ampla Concorrência (AC), 1 Pessoa com Deficiência (PcD), 5 Escola Pública com renda inferior a 1,5 salário e Autodeclarado (EP.R.Au), 3 Escola Pública com renda inferior a 1,5 salário (EP.R), 5 Escola Pública e Autodeclarado (EP.Au), 2 Escola Pública (EP), 2 Assentado da reforma agrária (ASA).

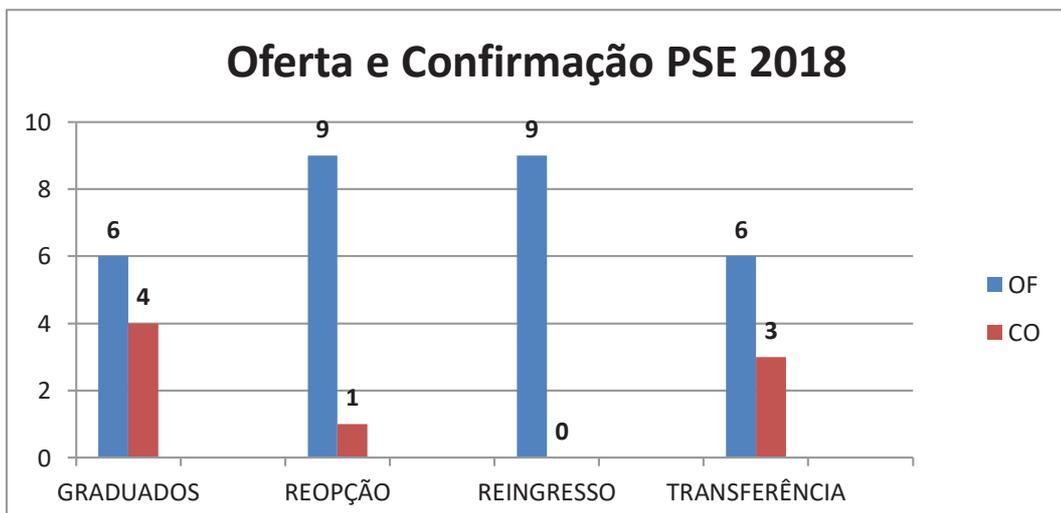
TABELA 01 – Distribuição das vagas ofertadas pelo SISU por cota.

SISU	1ª CHAMADA														ÍNDICE DE VAGAS
	AC		PcD		EP.R.Au		EP.R		EP.Au		EP		ASA		
TOTAL DE VAGAS OFERTADAS	12		1		5		3		5		2		2		
ANO	V	CONF	V	CONF	V	CONF	V	CONF	V	CONF	V	CONF	V	CONF	
2013	9	9	1	0	4	4	3	3	3	4	2	1	0	0	73,33%
2014	2	0	3	2	2	2	1	0	3	1	2	2	0	0	43,33%
2015	6	6	0	0	4	4	2	2	6	6	2	2	0	0	66,67%
2016	7	6	0	0	2	2	0	0	3	3	0	0	2	3	46,67%
2017	7	7	0	0	4	4	2	3	5	6	2	2	2	3	73,33%
2018	12	12	1	1	4	4	2	2	4	4	1	1	2	2	86,67%

Fonte: SUAP/IFPB

Na coluna referente ao índice de vagas, está apresentada a porcentagem de vagas não ocupadas pela primeira chamada do SISU, por meio de confirmação de matrículas, as quais são remanejadas para a oferta em 1ª chamada na lista de espera, esse segundo momento realizada pela própria IES. Em geral, nota-se que, em todos os anos, o SISU foi incapaz de realizar o preenchimento das vagas disponíveis, sendo necessário a utilização da lista de espera. Em valores, a menor porcentagem obtida foi a de 43,33% no ano de 2014 e a maior foi de 86,67% em 2018. O ano de 2019 ainda não contém dados publicados oficialmente.

GRÁFICO 06 – Oferta e Confirmação pelo PSE



Fonte: SUAP/IFPB

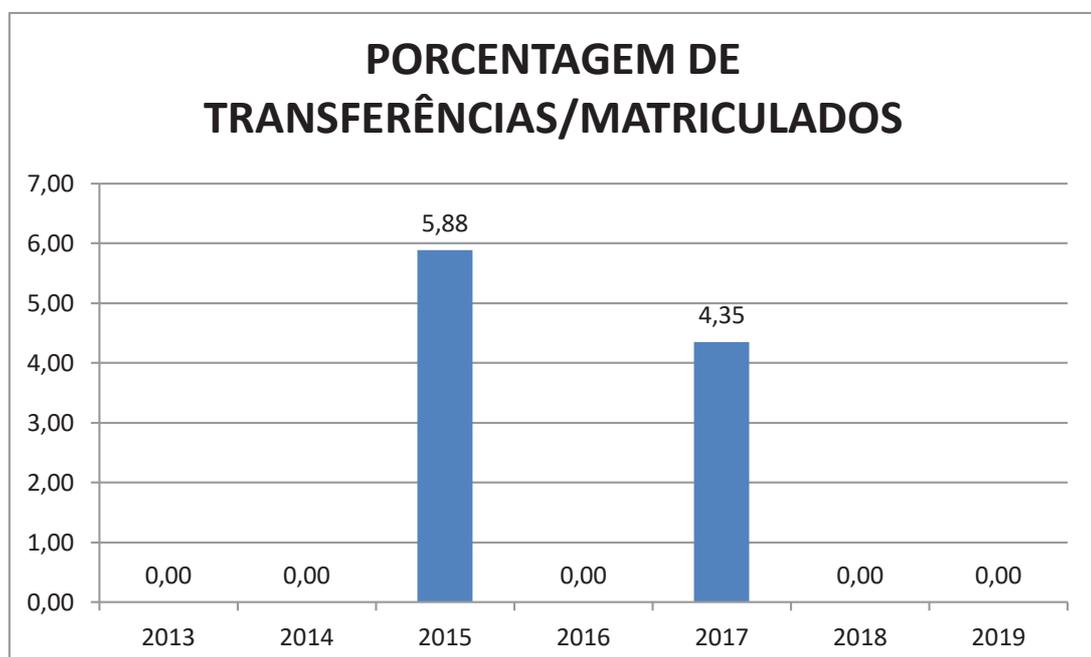
Ao analisar todos os anos, entre 2013 a 2018, dos dados apresentados na tabela 01, obtém-se o valor médio de 65%. Por consequência, pode ocorrer que o curso inicie com uma quantidade ínfima de estudantes, demorando para o preenchimento das vagas e em último caso, quando passado os prazos acadêmicos para novas chamadas, com a impossibilidade de preenchimento.

Utilizando os dados do PSE 2018, que foi edital que mais ofertou vagas, verifica-se que tal via de acesso não é tão eficaz para o ingresso de novos estudantes para o curso. O reingresso, por exemplo, não teve nenhuma matrícula confirmada, reopção apenas 1 aluno, transferência 50% das vagas ofertadas e a maior quantidade foi para aqueles que já possuíam formação de nível superior (GRÁFICO 06). No geral, a relação entre oferta/confirmação é bastante insignificante para a quantidade de vagas ofertadas.

Dentro da temática de permanência dos estudantes no IFPB, apresentamos abaixo alguns dados importantes sobre matrículas, cancelamentos, evasão e transferência no curso, fazendo o parâmetro com dados nacionais dos cursos de licenciatura em educação física ofertados pelos Institutos Federais, obtidos na Plataforma Nilo Peçanha.

O cálculo da porcentagem de transferências é baseado na relação entre o número de alunos matriculados e o total que pede transferência voluntariamente no ano. Consoante ao gráfico constata-se que o curso tem uma baixa procura de transferência dos alunos para outras instituições, com pedidos apenas nos anos de 2015 (5,88%) e 2017 (4,35%).

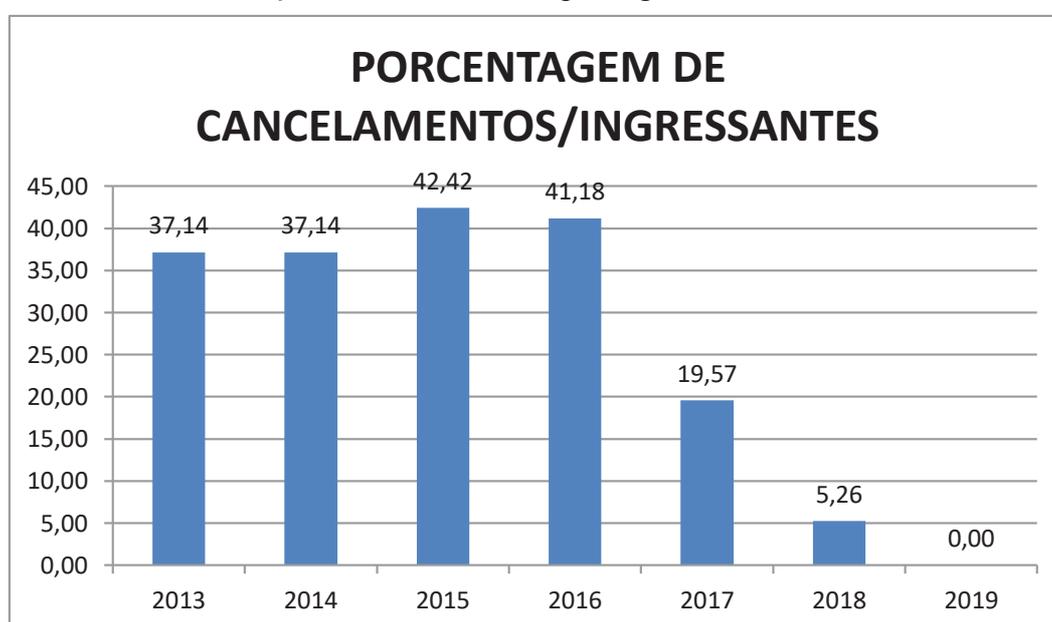
GRÁFICO 07 – Pedido de transferência



Fonte: SUAP/IFPB

Já no Gráfico 08 é demonstrada a quantidade, em porcentagem, do cancelamento total dos ingressantes que efetivaram as suas matrículas. De 2013 a 2016, nota-se uma regularidade, com uma média de 39%. Logo em seguida, houve uma redução decrescente possibilitada pelo eventual motivo de um maior número de ingressantes, em torno de 25% a mais do que a média, e por consequência a diminuição desse percentual, uma vez que ele é calculado sobre a porcentagem que adentra.

GRÁFICO 08 – Relação de cancelamentos por ingressantes



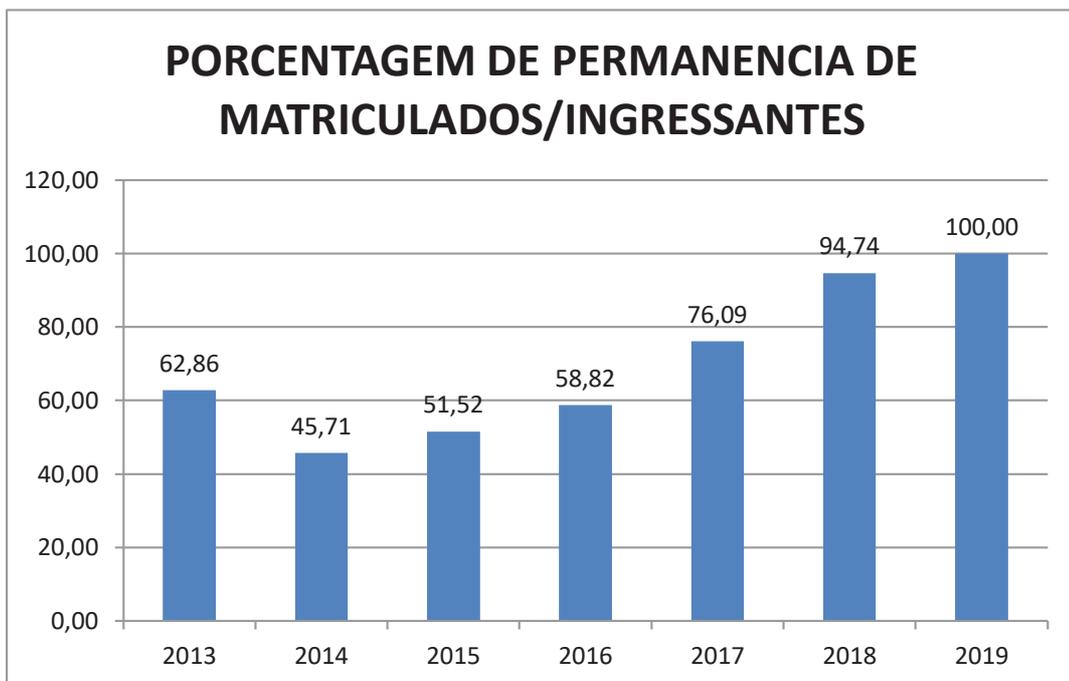
Fonte: SUAP/IFPB

Já o ano de 2018 está com o valor de 5,26%, pois o cancelamento automático só foi adotado pelo IFPB a partir de 2019, por isso que não existe dados suficientes de 2018 e consequentemente de 2019.

Quando relacionamos o quantitativo de alunos concluintes e matriculados, com frequência e notas, comparando com o quantitativo de alunos ingressantes, obtemos uma distribuição gradativa de permanência no curso, onde cerca de 54% dos alunos ingressantes conseguem concluir o curso. Os dados com percentuais acima dessa média e com aumento gradativo a partir do ano de 2016 se dá pelo período em curso das turmas ingressantes a partir desse ano letivo. A média nacional dos cursos de licenciatura em educação física, dentre os cursos ofertados pelos Institutos Federais, está em 56,96%, estando o curso do campus Sousa dentro da média nacional (PNP, 2019).

Vários fatores importantes podem contribuir para tais índices de permanência dos alunos no curso, tais como incentivos a pesquisa e a extensão, auxílios estudantis e a inserção de projetos governamentais tais como o PIBID e a Residência Pedagógica (RABELO; DIAS; 2017).

GRÁFICO 09 – Dados sobre a porcentagem de permanência no curso.



Fonte: SUAP/IFPB

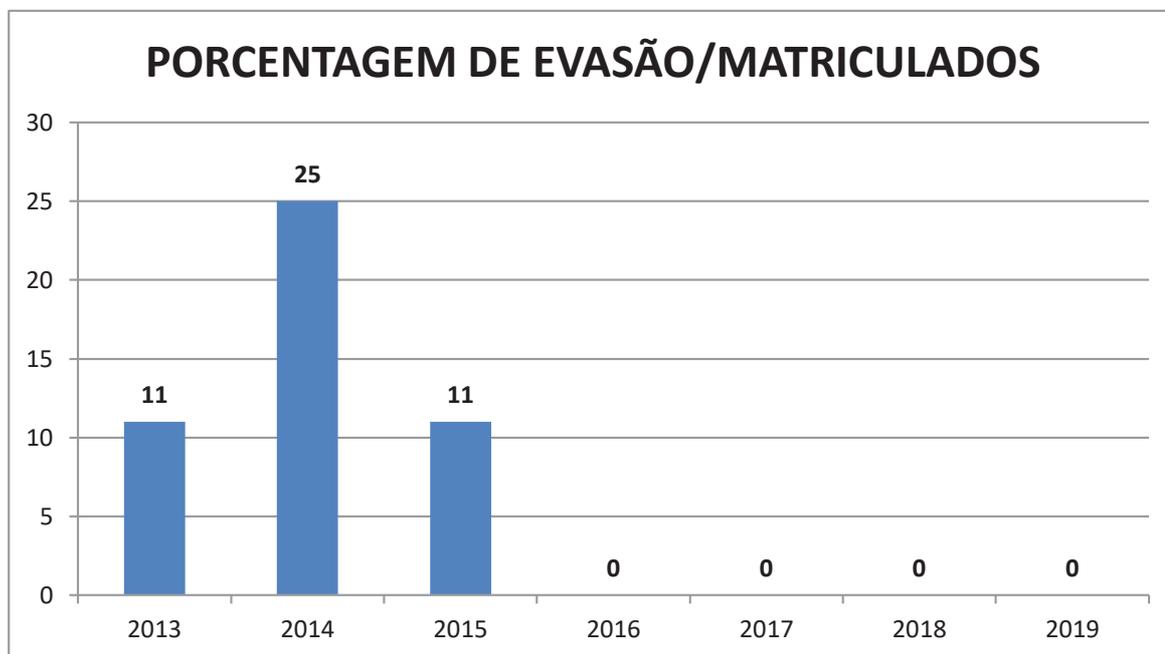
Utilizando-se de dados do Relatório da Comissão Própria de Avaliação do curso de Educação Física do ano de 2017, é possível notar também a qualidade do ensino na influência sobre esse aumento da permanência (GRÁFICO 09). No que tange à estrutura curricular, 83,33% o consideram positivo, no quesito carga horária das disciplinas 80,95% também aprovam, já sobre o turno de funcionalidade e articulação de conteúdos entre as disciplinas do curso, 76,19% têm como positivo, e por fim 83,33% acham que as disciplinas contribuem para a formação profissional e técnica do estudante.

Almeida et al. (2012) verificaram que a taxa de abandono está interligada à origem social, sendo necessário ser revisto as variáveis educacionais, tais como: método utilizado na transmissão dos conteúdos, forma avaliativa, acompanhamento e preocupação com o desenvolvimento durante o curso. Ainda, conforme os autores, é necessário que as instituições possibilitem diversas formas de aprendizagem.

No que diz respeito à forma avaliativa, 69,05% marcaram como positivo e 19,05% como regular os critérios de avaliação das disciplinas do curso, dados obtidos na avaliação interna já mencionada no decorrer do trabalho, assim é possível induzir que esses critérios avaliativos em

conjunto com os demais aspectos de permanência no curso podem o viabilizar a melhoria dos índices.

GRÁFICO 10 – Taxa de evasão

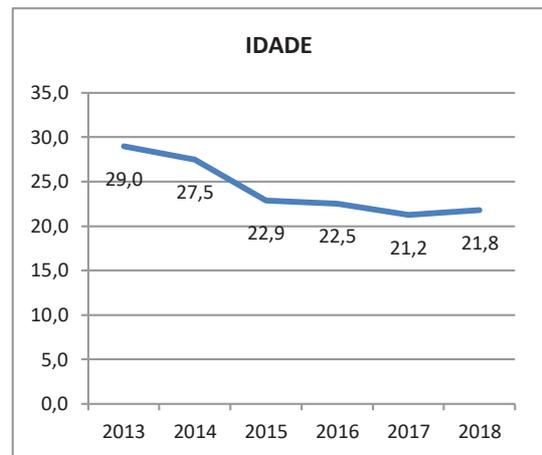
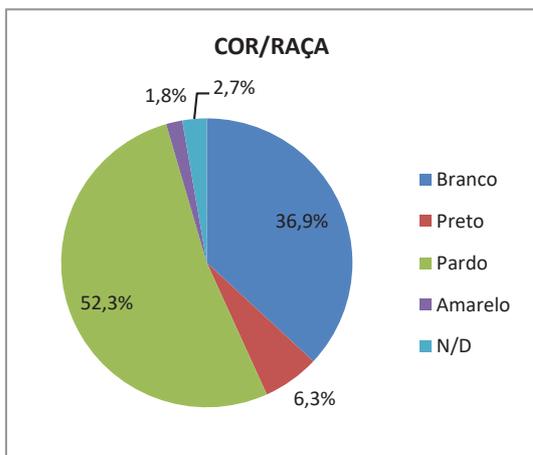
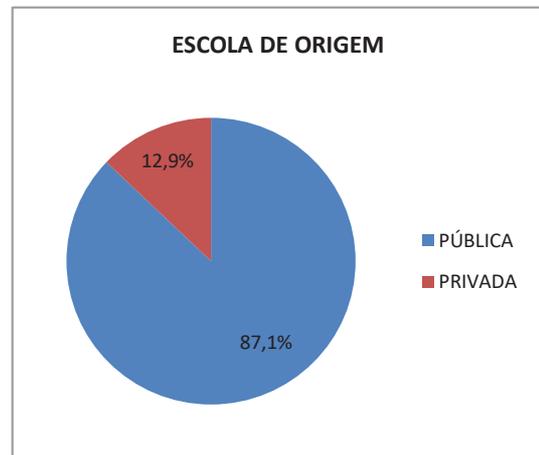
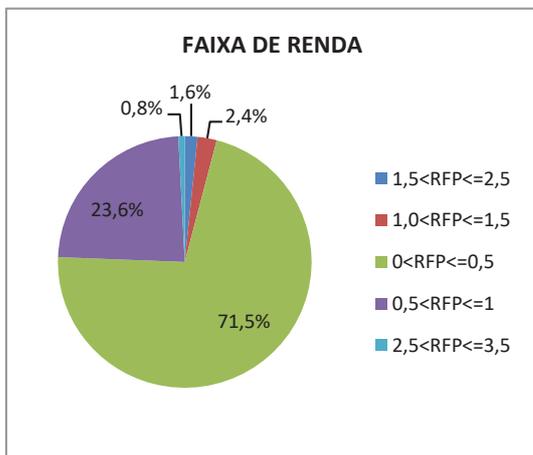
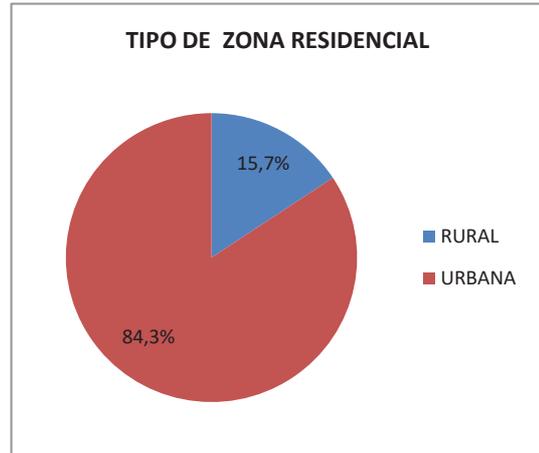
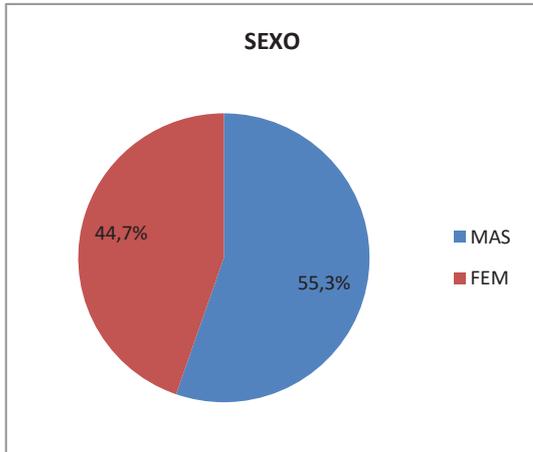


Fonte: SUAP/IFPB

Sobre o aspecto de evasão (GRÁFICO 10), tendo como referência o quantitativo de alunos os quais permaneceram por algum tempo matriculados e possuíam nota e frequência, mas que deixaram de frequentar o curso, conseqüentemente, ao realizar uma comparação com os dados sobre a permanência, tem-se um número relativamente moderado de evasão devido a essas características que compõe o grupo dos evadidos, com valores variando de 11% nos anos de 2013 e 2015 e 25% apenas no ano de 2014. Já os anos: 2016, 2017, 2018 e 2019 não apresentam nenhum número, pois o sistema interno do IFPB não reconheceu esses dados sobre quantidade real de evadidos, além dos anos subsequentes contar com uma baixa quantidade de evasão. Comparando com os dados da Plataforma Nilo Peçanha, a qual apresenta uma média nacional de 7,2%, a licenciatura em educação física do campus Sousa demonstra está com uma taxa elevada, mas dentro dos padrões nacionais para os cursos de licenciatura que apresentam uma taxa média de 15,9%.

Um dado importante a ser analisado é a questão do perfil sociodemográfico dos estudantes que iniciam e terminam o curso. Sobre a cor/raça dos discentes, verificou que mais da metade 52,3% são indivíduos pardos, e logo em seguida, indivíduos brancos 36,9%. Já aqueles que são pretos e amarelos compõem as últimas posições. Assim nota-se que o curso é pouco procurado por pessoas pretas ou amarelas.

GRÁFICO 11 – Dados Sociodemográficos



SEXO: MAS= Masculino, FEM= Feminino. FAIXA DE RENDA: 1,5<=2,5= de um salário e meio a dois e meios, 1,0<=1,5= de um salário a um e meio, 0<=0,5= até meio salário, 0,5<=1 de meio salário a um salário, 2,5<=3,5 de dois salário e meio a três e meio. IDADE: Coluna à esquerda= valor em média, Coluna à esquerda= valor em média. TIPO DE ZONA RESIDENCIAL: rural e urbana. ESCOLA DE ORIGEM: pública e privada. COR RAÇA: preto, branca, amarelo, pardo e nenhuma das opções (N/D).

O MEC, por meio da lei de Cotas 12.711/12, reserva 50% das vagas de universidades federais, institutos federais de educação e centros federais a estudantes que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas. Essa distribuição das vagas reservadas pela lei de cotas apresentam também subdivisões que incluem minorias, sendo sempre obrigatório preencher o requisito de ter completado o Ensino Médio em escolas públicas, dentre elas, faz mister mencionar a destinada aos estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

Portanto, de acordo com o MEC a quantidade de vagas destinadas a autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e também a pessoas com deficiência é calculada de acordo com o percentual desse pessoal dentro do Estado onde está localizado a instituição de ensino.

O IFPB adota como critério para os autodeclarados preto, pardo e indígena assinar, no ato da pré-matrícula, a declaração na qual o candidato se autoafirma pertencente a um dos grupos étnicos. Assim, possa ser que os ingressantes, para adentrarem no curso, se autodeclarem já que o único critério é o fator subjetividade, não podendo ser afirmado com veemência que de fato todos os que estão inseridos em algum desses grupos são de fato.

O tipo de zona residencial dos discentes, em sua maioria, é composto pela zona urbana cerca de 84,3% dos residentes são provenientes de centros urbanos, enquanto que apenas 15,7% são da zona rural. No gráfico sobre sexo, é notório que o sexo masculino ainda predomina 55,3%, porém deve-se ressaltar ao valor expressivo por parte das mulheres 44,7% um percentual bastante significativo.

O resultado sobre a escola de origem é proporcional às vagas que são ofertadas já que 50% são destinadas aos alunos da rede pública de ensino. Mas, ainda assim, os alunos da rede pública conseguem adentrar no curso por meio da ampla concorrência.

No quesito faixa de renda, 71,5% dos estudantes têm uma renda que menor ou igual a meio salário mínimo, os que recebem até um salário compõem o segundo grupo 23,6% e os demais completam o percentil: 0,8% entre dois salários e meio a três e meio, 1,6% de um salário e meio a dois salário e meio, e 2,4% os que têm de um salário a um salário e meio.

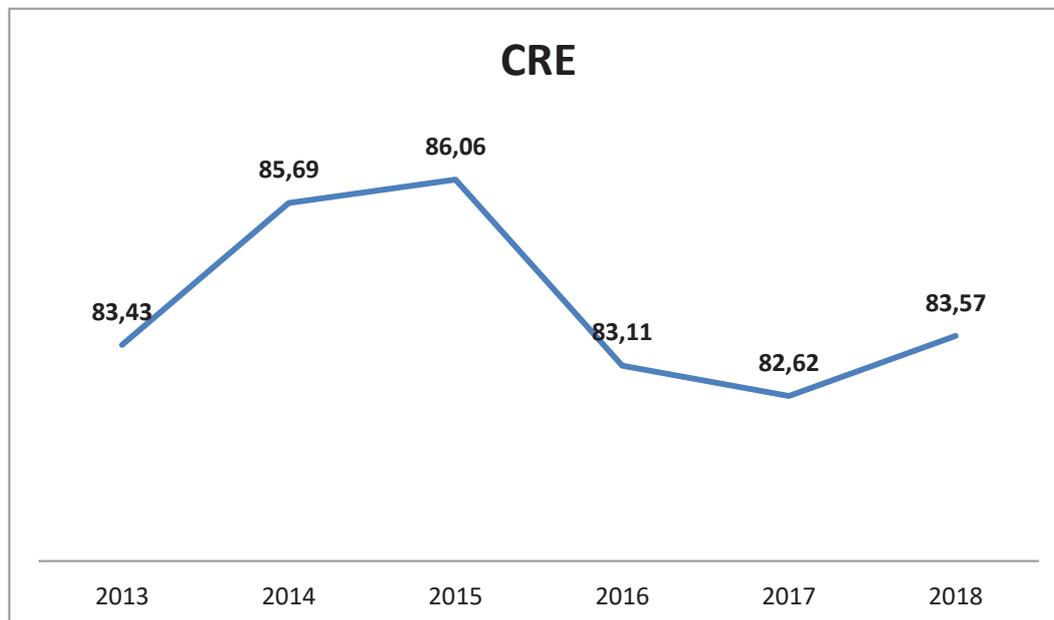
Percebe-se, desse modo, que a maioria dos discentes que compõem o curso possuem uma renda menor ou igual a meio salário, sendo necessário a adoção de políticas de

acompanhamento para que eles possam permanecer. Na avaliação realizada pela Comissão Própria de Avaliação do curso de Educação Física do ano de 2017, sobre as políticas de apoio ao estudante e o alcance dos programas de assistência estudantil, 59,52% e 52,38% respectivamente consideraram como positivos as ações tomadas, 23,81% e 30,95% consideraram como regular. Em geral, os alunos consideram positivo as ações e políticas adotadas pelo curso de Educação Física.

Por fim, no que tange à idade, em 2013, havia uma média de 29 anos, já em 2018 caiu para 21,8. Constatando-se uma diminuição contínua na faixa etária dos estudantes a cada ano.

Na última vertente do estudo, a qual relaciona os dados de acompanhamento acadêmico a temático do êxito estudantil, ao dados demonstram que o Coeficiente de Rendimento Escolar (CRE) do curso de licenciatura em Educação Física apresentou um melhora no decorrer das turmas, da sua criação (com a turma 2013) a 2015 (registro de pico, com uma média de 86,06), ademais, a partir da turma 2016 esse valor cai, chegando a 83,57 com a turma 2018. No geral, as turmas têm uma média de 84,08%, relativamente alta.

GRÁFICO 12 – Coeficiente de Rendimento Escolar



Fonte: SUAP/IFPB

No ano de queda do CRE, o curso sofreu algumas mudanças internas, como a questão da rotatividade dos docentes, isto é, alguns professores novos chegando e outros saindo, e mudança na matriz do curso em 2017. No Relatório da Comissão Própria de Avaliação do curso de Educação Física do ano de 2017, 69,05% consideram os critérios de avaliação das disciplinas

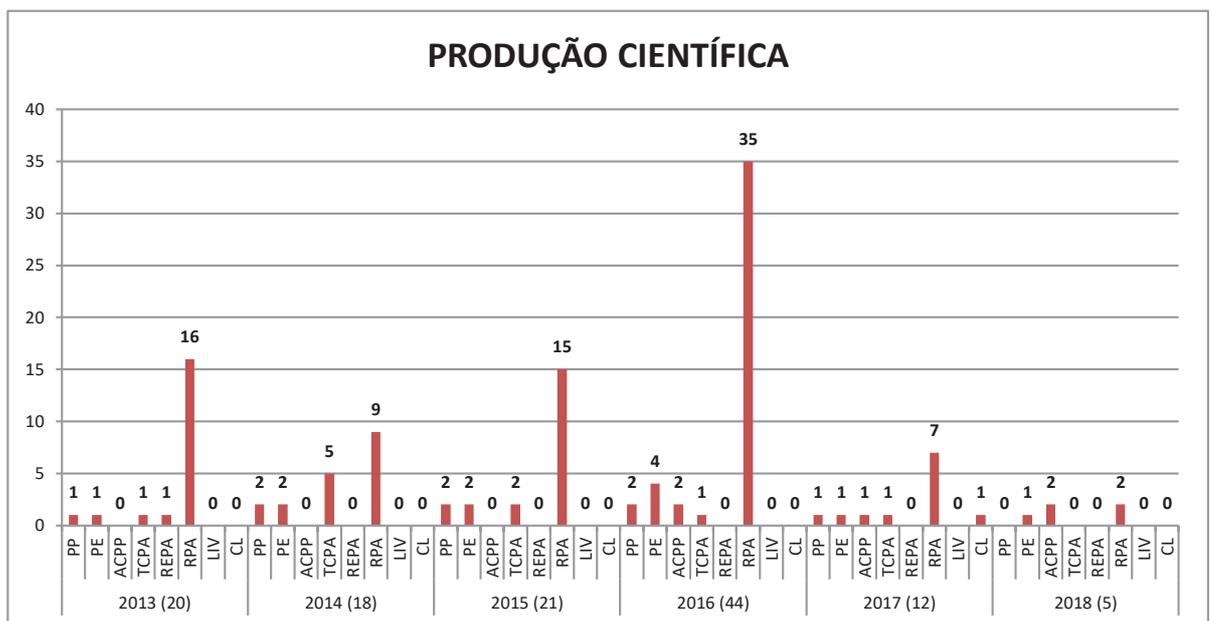
do curso positivamente, e 19,05% os acham regular. Em geral, os critérios de avaliação são tidos como satisfatórios para os discentes corroborando com as altas notas obtidas.

Entre os anos de 2013 a 2016, houve um crescimento no número de produção por parte dos professores junto ao alunado. O ápice da produção foi o ano de 2016, com 35 resumos publicados em anais de congressos, 2 projetos de pesquisa, 4 projetos de extensão, 2 artigos completos publicados em periódicos e 1 trabalho completo publicado em anais. A partir de 2017 houve uma redução drástica no número de produção com participação dos discentes. Em geral, os quatros anos iniciais, a contar do ano de 2013, obtiveram o melhor quantitativo de produção. Com um crescimento de mais de 100% ao comparar os anos de 2013 e 2016. Já nos anos de 2016 e 2018, houve uma queda de mais de 300% na produção.

De acordo com dados obtidos no Relatório da Comissão Própria de Avaliação do curso de Educação Física do ano de 2017, a respeito das políticas de ensino, pesquisa e extensão em geral, 64,58% dos discentes marcaram como positivo, 20,83% como regular e 13,24% negativo. Contudo, sobre a oferta de projetos de extensão, 61,90% marcaram como positivo e tanto na opção regular quanto negativa obteve 19,05%. No que se refere à oferta de projetos de pesquisa, quase que 50% consideraram como regular ou negativo. No que tange à participação em eventos técnicos e científicos apenas 57% consideraram como positivo.

Desse modo, ao analisar o gráfico da produção científica, vê-se que houve apenas no ano de 2017 um projeto de pesquisa e outro de extensão, portanto os dados apresentados no relatório justifica-se pela baixa produtividade nesse ano.

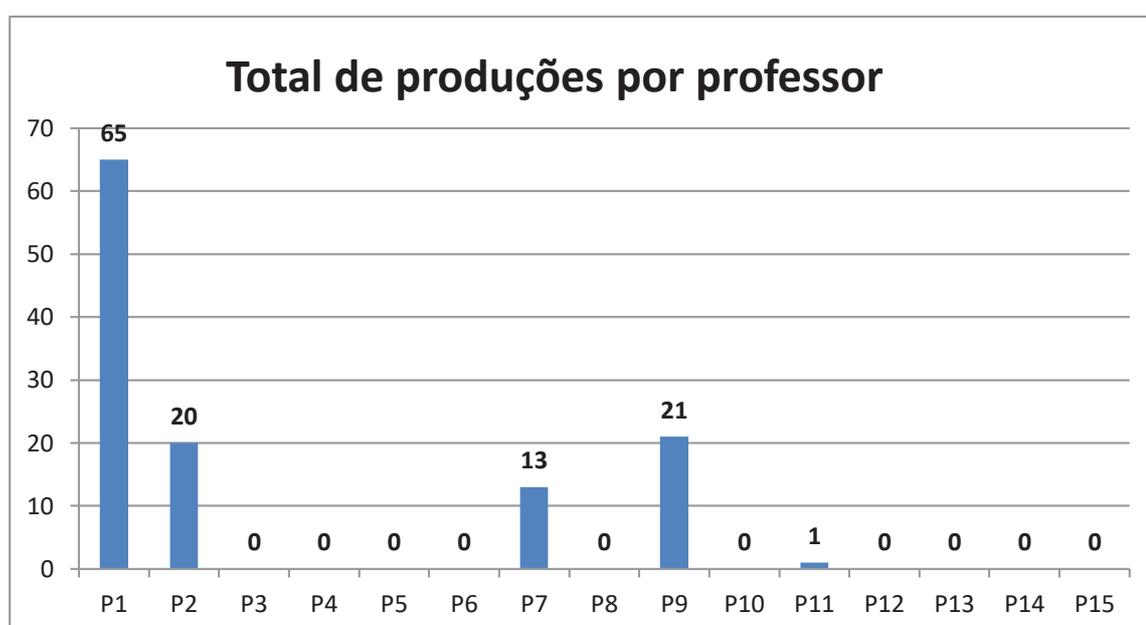
GRÁFICO 13 – Produção Científica



PP=Projeto de Pesquisa, PE= Projeto de Extensão, ACPP= Artigo completo publicado em Periódicos, TCPA= Trabalho completo publicado em anais, RPA= Resumos publicados em Anais, LIV= Livros publicados, CL=Capítulo de livro e REPA= Resumos expandidos publicados em Anais. Fonte: Plataforma Lattes.

O gráfico 14 apresenta a relação não nominal de quinze professores da área específica que já passaram ou ainda estão no curso. Observa-se que toda a produção científica está reunida em apenas cinco professores. E mais de 50% dessa produção concentra-se em apenas um deles. Esse número de produção por professor foi baseado no gráfico anterior o qual envolve todas as produções realizadas entre os anos de 2013 a 2018.

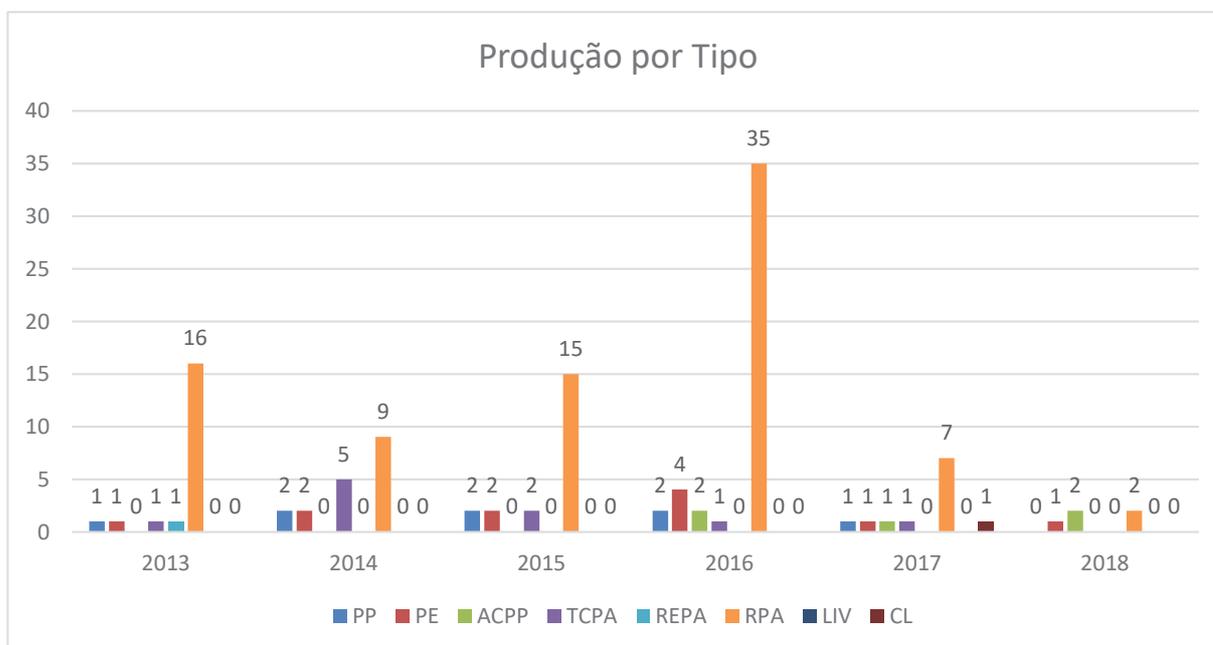
GRÁFICO 14 – Total de Produção por Professor



Fonte: Plataforma Lattes.

Já no Gráfico 15, pode-se analisar como está distribuído a produção do curso. É notório que os Resumos Publicados em Anais (RPA) possuem a maior quantidade desde 2013 a 2017 quando comparado com outros tipos de produções, e somente em 2018 igualou-se com Artigo Completo Publicado em Periódico (ACPP). Em 2016, houve o pico da produção, atingindo um valor maior de 33% quando comparado as produções de RPA do respectivo ano com o ano anterior.

GRÁFICO 15 – Produção por tipo



PP=Projeto de Pesquisa, PE= Projeto de Extensão, ACPP= Artigo completo publicado em Periódicos, TCPA= Trabalho completo publicado em anais, RPA= Resumos publicados em Anais, LIV= Livros publicados, CL=Capítulo de livro e REPA= Resumos expandidos publicados em Anais. Fonte: Plataforma Lattes.

Mesmo ocupando o segundo lugar das produções totais, são poucos os projetos de extensão desenvolvidos no curso, e isso é fator preocupante, porque para Silva (2001), a relação estabelecida do discente com a teoria e prática está bastante presente na extensão, sendo que nessa relação os estudantes podem detectar nas atividades extensionistas aqueles conteúdos que são transmitidos em sala de aula, assim o aluno tem a possibilidade de aplicá-los na prática e, por conseguinte, desenvolve um melhor rendimento acadêmico, isto é, o estudante aumenta as suas possibilidades de êxito durante a formação

Demonstrado no gráfico de produção por professor, é percebido que as atividades de pesquisa e extensão estão concentradas em poucos docentes. Também é possível verificar porquê da baixa produção científica dos discentes em alguns anos letivos, pois os docentes do curso disponibilizam pouco tempo para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão. Tal achado é semelhante com o que Gonçalves (2015) constatou em sua pesquisa, em que existe, ainda, vários estudantes formados em Universidades públicas sem jamais terem vivenciados atividades de pesquisa ou produção de conhecimento, nem elementos inerentes à

extensão. Demo (2005) propoe que a pesquisa deve ser vista como um processo social o qual necessita atravessar toda a vida acadêmica do professor e aluno.

Consoante com Demo (2005), mas de forma mais ampla De Assis e Bonifácio (2011) veem a universidade como o lócus que desenvolve o projeto articulado entre o ensino, pesquisa e extensão, esses três eixos existindo de modo que durante o curso o discente possa ter uma boa formação e ter êxito no seu futuro. E continua os autores salientado o fato que a Universidade se difere da educação básica justamente por possibilitar (ou deveria) o desenvolvimento da pesquisa e da extensão juntamente com o ensino (e não este se sobressaindo em relação aos demais). Assim, além do ensino os estudantes devem participar de projetos extencionistas e de iniciação científica para terem êxito (DE ASSIS; BONIFÁCIO, 2011).

Outro ponto, bastante notório é o fato da sobrepujança do ensino em relação às demais dimensões. Para Gonçalves e Bezerra (2009), as instituições de ensino superior devem ter essas funções básicas como o eixo norteador de todo o processo de formação acadêmica, tendo cada uma delas a mesma equiparação de importância, sem a sobreposição de uma em relação à outra. Castro e Alves (2017); Gonçalves (2015) compreendem a inserção do princípio da indissociabilidade como critério de qualidade na concretização de um trabalho acadêmico, vinculando-se as atividades extencionistas às de formação e às de produção de conhecimento.

Não obstante, o conhecimento, o qual vem da extensão, deveria ser problematizado e, em seguida, publicado por meio da produção científica, já o ensino utilizar-se-ia das pesquisas para trabalhar com novos conhecimentos, e não apenas com aqueles consagrados; portanto, esses três níveis são interdependêntes, e as universidades deveriam tê-los como norte para desenvolver uma boa formação profissional (DE ASSIS e BONIFÁCIO, 2011).

Manchur, Suriani e Cunha (2013), em estudo realizado sobre a contribuição de projetos de extensão na formação profissional de graduandos de licenciatura, verificaram que os benefícios que o licenciando recebe é bastante significativo, uma vez que o discente consegue aprimorar-se ainda durante o curso.

Adentrando um pouco no campo das licenciaturas, e para ser mais preciso na área de Educação Física, Maschio et al. (2008) verificaram, por meio de um estudo, a importância da pesquisa, ensino e extensão para a formação do licenciando e para o seu êxito durante o curso.

Lima et al. (2017) veem as atividades de ensino pesquisa e extensão como formas de promover uma maior interação dos alunos com os conhecimentos, de assegurar a habilidade de gerir pessoas e dados, de expor o aluno a vivências práticas profissionais, já que põe o estudante frente a situações-problema.

Os gráficos mostram que a pesquisa não é a principal preocupação dos docentes, tal fato está em consonância com o que foi encontrado com Tavares e Alarcão (2016) em que a prática ainda é pouco desenvolvida na graduação. Ainda, de acordo com os autores, quando não há a prática da produção científica, o conhecimento proporcionado pela Universidade restringe-se ao ensino. E isso é o que ocorre no curso de Licenciatura em Educação Física, conforme os gráficos.

Souza e autores (2011) alertam para o fato da produção científica na Educação física não ser algo que eles intitularam de “Fordismo”, isto é, a produção científica exacerbada, valorizando-se o quantitativo sobre o qualitativo, para evitar essa dicotomia, os autores ressaltam a importância da extensão para criar um nexo do alunado com a comunidade, a fim de que o conhecimento produzido sirva tanto para a sua formação como para melhorar a comunidade a qual está inserida a universidade.

Dentro dessa dinâmica e na busca incessante pela melhoria da qualidade de ensino nas instituições de ensino superior e em específico para os cursos de licenciatura, deve-se ser implantado uma política de acompanhamento do egresso que possibilite constitui uma forma de avaliar os resultados de uma instituição e, com isso, iniciar modificações na entrada de discentes em uma instituição, ao longo de toda a sua permanência e colocar melhorias diárias no processo de ensino.

Portanto o presente estudo apresenta informações úteis para aguçar o debate sobre a qualidade do ensino no curso e que incentivam estudos futuros, possivelmente com os estudantes egressos, que possibilitem construir mecanismos eficazes para o ensino, a pesquisa e a extensão e que promovam a melhoria dos índices de acesso, permanência e êxito dos futuros professores de educação física do campus Sousa do IFPB.

6. CONCLUSÃO

No que tange ao acesso, o curso de licenciatura em Educação Física apresentou uma piora nos índices de procura, quando comparado com todos os cursos do IFPB; não obstante, no Campus-Sousa continuou como sendo o mais procurado durante vários anos.

O número de ingressantes por ano mostrou-se regular, porém com uma fase de pico. Além disso, o SISU mostrou-se como um sistema falho, visto que o índice vagas confirmadas é insatisfatório, recomendando-se; por conseguinte, que a instituição adote um sistema próprio.

Sobre a permanência, o curso de Licenciatura em Educação Física possui uma baixa procura de transferência dos alunos para outras instituições. No que se refere a produção científica, pode-se confirmar que a baixa participação e envolvimento dos docentes, em geral, na extensão e pesquisa influem diretamente sobre o êxito estudantil.

Conclui-se, portanto, com o presente estudo, que os dados acadêmicos podem refletir a realidade sobre a qualidade do ensino ofertado pelas instituições públicas de educação superior. Que tais realidades podem ser mudadas para melhor, com estímulo a produção científica, com políticas de permanência e assistência estudantil e com o repensar das ações pedagógicas do grupo de docentes que compõem o curso.

Os dados apresentados demonstram tanto a eficácia como as fragilidades que algumas condutas acadêmicas ou administrativas podem desencadear para com o curso e seus estudantes, sendo necessária a adoção de gestões, atitudes e atividades educacionais, pautadas em princípios democráticos, e construídas a partir dos índices de eficiência do curso, que possibilitem o seu desenvolvimento e conseqüentemente proporcionem a formação de profissionais da educação capazes e habilitados de transformar as realidades existentes no nosso país.

À vista disso, o presente estudo apresenta informações úteis para aguçar o debate sobre a qualidade do ensino no curso e que incentivam estudos futuros, possivelmente com os estudantes egressos, que possibilitem construir mecanismos eficazes para o ensino, a pesquisa e a extensão e que promovam a melhoria dos índices de acesso, permanência e êxito dos futuros professores de educação física do campus Sousa do IFPB.

REFERÊNCIAS

_____. Edital CAPES 06/2018 que dispõe sobre a Residência Pedagógica. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-6-2018-esidencia-pedagogica.pdf>. Acesso em 10 de fev. de 2019.

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2000.

ALMEIDA, Leandro et al . Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba , v. 17, n. 3, p. 899-920, Nov. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772012000300014&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772012000300014>.

ALTBACH, Philip. Educación superior comparada. El conocimiento, la universidad y el desarrollo, Buenos Aires. **Universidad de Palermo-Cátedra UNESCO**, 2001.

BRASIL, M. E. C. Ministério da educação. **Sistema de Seleção Unificado: MEC**, p. 55-90, 1998. Disponível em < <http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas>>. Acesso em: 13.02.2013

BRASIL. Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe do Programa Institucional de Iniciação à Docência. Diário Oficial, Brasília, DF, 10 de fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal da Paraíba. Projeto Pedagógico Curricular. PPC: 2016-2019. Sousa: IFPB, 2019. Disponível em < https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/32/documentos/PPC_EF_-22.pdf>. Acesso: 12/02/2019.

BRITES, J. F. et al. (In) sucesso acadêmico no ensino superior: factores e estratégias de intervenção. In: **I Congresso nacional da RESAPES-AP**. 2010. p. 152-159.

BUTTROS, Viviane Lorena. O acompanhamento de egressos da educação superior como critério de avaliação institucional do sinaes: um estudo exploratório. Dissertação em Educação- Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. **Reunião anual da ANPED**, v. 27, p. 1-16, 2004.

CASTRO, MARIA GONTIJO; ALVES, DANIELA ALVES DE. Ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Viçosa: origem e trajetória institucional (1926-1988). **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 70, p. 752-773, 2017.

CISLAGHI, Renato et al. Gestão de qualidade de cursos a partir da percepção de estudantes egressos. **RENOTE**, v. 13, n. 1, 2015.

COELHO, Maria Carlota de Rezende; DA SILVA, JANINE PEREIRA. Acompanhamento de egressos como instrumento de gestão. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 16, n. 2, p. 470-478, 2017.

Comissão Própria de Avaliação-CPA. Resultados sobre a avaliação Interna. Campus Sousa. Licenciatura em Educação Física.

COSTA, MR da; FERRI, C. **A formação profissional na Educação Superior**: perfil de empregabilidade dos egressos. Florianópolis, 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino Superior no Octênio FHC**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abri 2003.

DA CONCEIÇÃO MARTINS, Emília et al. Um estudo dos preditores de sucesso acadêmico no ensino superior. **Revista de Psicología y Educación**, v. 10, n. 1, p. 77-100, 2015.

DE ASSIS, Renata Machado; BONIFÁCIO, Naiêssa Araújo. A formação docente na universidade: ensino, pesquisa e extensão. **Educação e Fronteiras**, v. 1, n. 3, p. 36-50, 2011.

DE OLIVEIRA BARBOSA, Maria Ligia. Destinos, escolhas e a democratização do ensino superior. **Política & Sociedade**, v. 14, n. 31, p. 256-282, 2015.

DE OLIVEIRA, Thiago Soares. O ENEM: breves considerações sobre importância avaliativa e reforma educacional. **Educação Por Escrito**, v. 7, n. 2, p. 275-285.2016

DEMO, P. *Pesquisa*: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2005.

DIAS, FILIPE JOSÉ; NUNES, ROGÉRIO DA SILVA. **ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO**. 2017.

DO BRASIL, Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2010.

DUARTE LOCATELI, Gabriel et al. IMPACTO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR NA RENTABILIDADE DAS EMPRESAS DO SETOR EDUCACIONAL. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 7, n. 2, 2017.

DUARTE, Jacildo da Silva. As contribuições da extensão universitária para o processo de aprendizagem, prática da cidadania e exercício profissional. 2014. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2014.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educ. rev.**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 299-307, Oct. 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000500299&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.62654>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio C.; NEVES, Lúcia M. W. *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006. p. 241-260.

GISI, Maria Lourdes; PEGORINI, Diana Gurgel. As políticas de acesso e permanência na educação superior: a busca da igualdade de resultados. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, n. 20, p. 21-37, 2016

GONÇALVES DA SILVA CORDEIRO MOITA, Filomena Maria; BEZERRA DE ANDRADE, Fernando César. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista brasileira de educação**, v. 14, n. 41, 2009.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2015. Brasília: Inep, 2014. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-cenco-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em 07/02/2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2015. Brasília: Inep, 2015. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-cenco-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em 07/02/2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2015. Brasília: Inep, 2016. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-cenco-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em 07/02/2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2015. Brasília: Inep, 2018. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-cenco-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em 07/02/2019.

Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/fundef/Ftp/leg/lein9394.doc>>. Acesso em: 10.02.19.

Lima et al. A importância do ensino pesquisa e extensão na formação profissional. *Revista Nova Paideia*, v. 21, p.13-25, jan. 2017.

MANCHUR, Josiane; SURIANI AFFONSO, Ana Lucia; DA CUNHA, Marcia Cristina. A contribuição de projetos de extensão na formação profissional de graduandos de licenciaturas. **Revista Conexão UEPG**, v. 9, n. 2, 2013.

MARTINS, Carlos Benedito. Notas sobre a formação de um sistema transnacional de ensino superior. **Caderno CRH**, v. 28, n. 74, 2015.

MASCHIO, Vanderléia et al. Pesquisa, ensino e extensão na formação inicial dos professores de Educação Física: contribuições ao desenvolvimento profissional. **Seminário Internacional de Educação (SIEDUCA)**, XIII, p. 01-09, 2008.

MENEGON, R. R.; et al. PROJETOS DE EXTENSÃO: UM DIFERENCIAL PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO. *Colloquium Humanarum*. vol.10, n. especial, p. 1268-1274, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. IN MYNAYO, MCS (ORG.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade**. Petrópolis, RJ: **Vozes**, p. 51-66, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior: Resumo Técnico 2009*. Brasília, DF, 2010. Disponível em:< <http://www.inpe.br/bolsas/>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

MONT'ALVAO NETO, Arnaldo Lopo. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 35, n. 127, p. 417-441, June 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302014000200005>.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; DA CRUZ SILVA, Maria Batista. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 119-133, 2011.

OLIVEIRA, Eloíza da Silva Gomes de ENCARNAÇÃO, Aline Pereira da; SANTOS, Lázaro. **Acesso ao Ensino Superior no Brasil, Dificuldades, Anseios e Sugestões dos Alunos**. 8º Bienal de Educação e da Formação. 2009.

PAUL, Jean-Jacques. Acompanhamento de egressos do ensino superior: experiência brasileira e internacional. **Caderno CRH**, v. 28, n. 74, 2015.

PAULANI, Leda M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio C.; NEVES, Lúcia M. W. *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006. p. 67-83.

PENA, Mônica Diniz Carneiro. Acompanhamento de egressos: uma análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro. **Educação & Tecnologia**, v. 5, n. 2, 2010.

PEREIRA, Thiago Ingrassia, SILVA, Luiz Fernando Corrêa Santos da. Dossiê Anos Lula: As Políticas Públicas de Ensino Superior no Governo Lula: Expansão ou Democratização? **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul. – dez. 2010.

PINTO, António; DELGADO, Paulo; MARTINS, Alcina. Significados e perspectivas do insucesso escolar no ensino profissional em Portugal. **Revista Cadernos de Educação**, v. 51, p. 1-21, 2015.

PIRES, Regina Celi. M. Formação inicial do professor pesquisador através do programa PIBIC/CNPq: o que nos diz a prática profissional de egressos? **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 14, n. 2, jul. 2009.

Resolução de nº 43- CS, de 20 de fevereiro de 2014, que institui as diretrizes da política de acompanhamento dos egressos do Instituto Federal da Paraíba- IFPB.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009SECO, Graça Maria dos Santos Batista et al. **Para uma abordagem psicológica da transição do ensino secundário para o ensino superior: pontes e alçapões**. Instituto Politécnico de Leiria, 2005.

SILVA, Oberdan Dias da. **O que é extensão universitária?** <Disponível em <http://www.ecientificocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html> > acesso em 29 nov, 2011 (1996).

SIMON, Lilian Wrzesinski; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. Ações de acompanhamento de egressos: um estudo das universidades públicas do sul do Brasil. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, v. 3, n. 2, p. 94-113, 2017.

SOARES, Marisa; SEVERINO, Antonio Joaquim. A PRÁTICA DA PESQUISA NO ENSINO SUPERIOR: CONHECIMENTO PERTENCENTE NA FORMAÇÃO HUMANA. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 23, n. 2, 2018.

SOUZA, Eduardo Rumenig; LUZZI, Alexandre; PEREIRA, Benedito. O fordismo acadêmico na Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 32, n. 2-4, 2011.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017.

TAVARES, José Pereira Costa; OLIVEIRA, José Bessa; ALARCÃO, Isabel. Marcadores de formação para a universidade de hoje e do próximo decênio: Primeiros passos de um projeto de pesquisa. **Revista Transmutare**, v. 1, n. 2, 2016.

TEIXEIRA, M. A. P. GOMES, W. B. Estou me formando... E agora? Reflexões e perspectivas de jovens formandos universitários. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 5, n. 1, pp. 47 – 62, 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v5n1/v5n1a05.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, n. 25, p. 1-33, 2017.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, 2006.